



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALFREDO CHAVES – ES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO MUNICIPAL DE **ENFRENTAMENTO AOS** **IMPACTOS DO FENÔMENO** **EL NIÑO**

— NO SETOR SAÚDE – CICLO 2026–2027 —



PREVENÇÃO



PREPARAÇÃO



RESPOSTA



SAÚDE PARA TODOS

ALFREDO CHAVES – ES
— 2026–2027 —

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
JUSTIFICATIVA E CENÁRIO MUNICIPAL.....	5
OBJETIVO GERAL.....	6
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E POPULAÇÃO EM RISCO	7
PRINCIPAIS RISCOS A SEREM MONITORADOS	11
ESTÁGIOS OPERACIONAIS.....	11
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / GESTÃO	12
VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE	21
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	25
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	26
VIGILÂNCIA LABORATORIAL.....	30
VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR.....	33
IMUNIZAÇÃO	33
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	37
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	52
CENTRAL DE REGULAÇÃO	55
SAÚDE MENTAL.....	58
FINANCEIRO E COMPRAS.....	59
ATENÇÃO ESPECIALIZADA.....	61
LOGÍSTICA E TRANSPORTE	64
CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE.....	66
CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - CTA.....	67
VIGILÂNCIA DAS VIOLÊNCIAS E NÚCLEO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA (NUPREVI)	69
COMUNICAÇÃO DE RISCO.....	74
INDICADORES MÍNIMOS DE MONITORAMENTO.....	75
ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL	75
ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO	75
RECUPERAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-EVENTO.....	76



PREFEITURA DE
ALFREDO CHAVES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LISTA DE CONTATOS	76
REFERÊNCIAS TÉCNICAS.....	77



APRESENTAÇÃO

O município de Alfredo Chaves, localizado na região Sul do Estado do Espírito Santo, possui características geográficas, climáticas e socioambientais que o tornam suscetível à ocorrência de desastres naturais, especialmente aqueles relacionados a eventos hidrológicos e geológicos. O território municipal é marcado por relevo predominantemente montanhoso, extensas áreas rurais, presença de encostas, vales e uma ampla rede hidrográfica, fatores que favorecem a ocorrência de enxurradas, inundações, alagamentos, deslizamentos de terra e processos erosivos durante períodos de chuvas intensas.

Historicamente, o município já foi afetado por eventos climáticos extremos que ocasionaram danos humanos, materiais, ambientais e econômicos significativos, exigindo a mobilização da administração pública municipal, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, dos órgãos estaduais e federais e da sociedade civil organizada. Tais ocorrências evidenciam a necessidade de fortalecimento das ações de prevenção, preparação, monitoramento e resposta a desastres.

Além dos riscos associados ao excesso de chuvas, o município também está sujeito a períodos de estiagem e escassez hídrica, que podem comprometer o abastecimento de água, a produção agropecuária, a conservação ambiental e a qualidade de vida da população. A variabilidade climática, somada aos possíveis efeitos de fenômenos atmosféricos e oceânicos de grande escala, como o El Niño-Oscilação Sul (ENOS), pode intensificar a frequência e a magnitude desses eventos adversos.

Nesse contexto, o presente Plano de Contingência tem como finalidade estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a atuação coordenada dos órgãos municipais e instituições parceiras diante de situações de emergência ou desastre. O documento visa orientar as ações de monitoramento, alerta, preparação, resposta e recuperação, buscando minimizar riscos, reduzir danos e prejuízos e garantir a proteção da população, do patrimônio público e privado e do meio ambiente.

A elaboração deste plano está fundamentada nos princípios da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e nas diretrizes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), promovendo a integração entre os diversos setores da administração pública e fortalecendo a capacidade de gestão de riscos e desastres no âmbito municipal.

JUSTIFICATIVA E CENÁRIO MUNICIPAL

A elaboração do presente Plano de Contingência justifica-se pela necessidade de estabelecer mecanismos de prevenção, preparação, resposta e recuperação frente aos desastres naturais e eventos climáticos adversos que possam afetar o município de Alfredo Chaves. Em razão de suas características geográficas, ambientais e climáticas, o município apresenta vulnerabilidades que exigem planejamento permanente e ações coordenadas entre os diversos órgãos da administração pública e instituições parceiras.

O histórico de ocorrências de enchentes, enxurradas, inundações, deslizamentos de terra, estiagens e outros eventos extremos demonstra a importância da adoção de medidas preventivas capazes de reduzir riscos, minimizar danos à população e preservar a continuidade dos serviços essenciais. A ocorrência desses eventos pode resultar em impactos significativos à saúde pública, à infraestrutura urbana e rural, ao abastecimento de água, à mobilidade, à economia local e ao meio ambiente.

Além disso, a influência de fenômenos climáticos de grande escala, como o El Niño-Oscilação Sul (ENOS), pode contribuir para alterações nos padrões de temperatura e precipitação, aumentando a probabilidade de ocorrência de situações de emergência e desastres. Dessa forma, torna-se imprescindível que o município disponha de instrumentos de planejamento que permitam atuação rápida, organizada e eficiente diante de cenários de risco.

Este Plano de Contingência busca definir responsabilidades, fluxos de comunicação, procedimentos operacionais e estratégias de mobilização de recursos humanos, materiais e logísticos, promovendo maior integração entre a

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, as Secretarias Municipais, os órgãos estaduais e federais, as instituições de apoio e a comunidade.

Sua implementação contribuirá para o fortalecimento da gestão municipal de riscos e desastres, ampliando a capacidade de resposta do poder público, reduzindo a vulnerabilidade das populações expostas e proporcionando maior segurança e resiliência ao município de Alfredo Chaves frente aos eventos climáticos adversos.

OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes e ações integradas para a preparação, prevenção, monitoramento, mitigação e resposta aos impactos decorrentes do fenômeno El Niño no município de Alfredo Chaves, visando reduzir riscos, minimizar danos à população, proteger a saúde pública, preservar a infraestrutura municipal e fortalecer a capacidade de atuação dos órgãos envolvidos na gestão de emergências e desastres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar e avaliar os cenários climáticos associados ao fenômeno El Niño e seus potenciais impactos sobre o território municipal;
- II. Mapear as áreas, populações e serviços mais vulneráveis aos efeitos de estiagens, escassez hídrica, ondas de calor, chuvas intensas, enxurradas, inundações e deslizamentos de terra;
- III. Levantar e avaliar as capacidades operacionais, recursos humanos, equipamentos, insumos e estruturas disponíveis para enfrentamento dos eventos adversos relacionados ao fenômeno;
- IV. Identificar necessidades e lacunas existentes nos setores de saúde, defesa civil, assistência social, meio ambiente, agricultura, saneamento e infraestrutura;
- V. Definir ações preventivas e medidas de mitigação destinadas à redução dos riscos e dos impactos decorrentes dos eventos climáticos extremos;

- VI. Estabelecer responsabilidades e atribuições dos órgãos municipais envolvidos na preparação e resposta às emergências;
- VII. Fortalecer os mecanismos de vigilância, monitoramento e alerta para acompanhamento das condições meteorológicas, hidrológicas e ambientais;
- VIII. Promover a integração entre os órgãos municipais, estaduais e federais para garantir atuação coordenada diante de situações de emergência;
- IX. Desenvolver estratégias de comunicação de risco e orientação à população sobre medidas de prevenção e autoproteção;
- X. Assegurar a continuidade dos serviços essenciais, especialmente nas áreas de saúde, abastecimento de água, assistência social, saneamento e transporte;
- XI. Estabelecer procedimentos para mobilização de recursos e adoção de medidas emergenciais quando identificadas situações de risco iminente;
- XII. Monitorar continuamente a execução das ações previstas neste plano, promovendo sua revisão e atualização sempre que necessário.
- XIII. Fortalecer a integração com Defesa Civil, SAAE, Meio Ambiente, Agricultura, Assistência Social, Educação e demais setores municipais.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E POPULAÇÃO EM RISCO

- Alfredo Chaves situa-se na latitude sul 23°38'40 S e longitude 47°41'50 W e possui uma área de 615,677km² mil km e altitude 16 m do nível do mar. Possui 13.836 habitantes de acordo com censo de 2022 do IBGE.
- Os municípios que fazem fronteira com Alfredo Chaves são: ao norte Marechal Floriano e Domingos Martins; ao sul Iconha e Rio Novo do Sul; a leste Anchieta e Guarapari; e a oeste Vargem Alta.
- O clima é subtropical quente com temperaturas em média de 30° C nos meses mais quentes, e 16° C nos meses mais frios. Precipitação pluviométrica anual 3000mm.
- As precipitações pluviométricas apresentam ameaças para a cidade, notadamente no período de outubro até março.

- A bacia e o rio mais importante do município de Alfredo Chaves é o rio Benevente. Nascente: Serra do Tamanco, entre o município de Alfredo Chaves e Vargem Alta.
- Foz: Oceano Atlântico, em Anchieta.
- Afluentes: Margem Direita: Rio Joeba, Rio São Joaquim, Rio Crubixá, Rio Maravilha, Córrego São Bento.
- Margem esquerda: Rio caco de Pote, Rio Batatal, Rio Iritimirim, Córrego de Cedro, Córrego Fortuna, Córrego da Pedra, Córrego Rio novo de Matilde, Córrego da Ferradura, Rio Santa Maria, Córrego São Sebastião, Córrego São Gabriel.
- É uma região montanhosa, com solos predominantes classificados como latossolo vermelho, amarelo, disfórico, com fertilidade variando de média e baixa PH moderadamente ácido em torno de 5,0.
- O Município de Alfredo Chaves está a aproximadamente 83,5 km de Vitória, a Capital do Estado. Principais acesso pela BR 101 e BR 262.

De acordo com os dados levantados no ano de 2025 pela CPRM, abaixo, segue a tabela com os nomes das ruas, bem como o número aproximado de domicílios e de pessoas que moram nas áreas com risco de alagamento e deslizamento de massa. O número do mapa da tabela, corresponde as áreas do mapa a seguir.

Nº mapa	Logradouro (Referência)	Número aproximado de domicílios	Número aproximado de pessoas
1	Rua Henrique Paganini	4	6
2	Av. Darcy da Paula Glicher	1	4
3	Rua Gênova	42	168
4, 5 e 6	Rua João Pamparra	600	828
7	Rua Darcy da Paula Gaigher	26	36



8	Rua Dois (Cachoeirinha)	20	28
9	Rua Três e Av. Darcy de Paula Gaigher	12	48
10	Rodovia ES-146	5	7
11	Rua Expedicionário Alcides Mucellin	32	44
12	Rua Constantino Denadai	23	32
13	Rua Nápoles	14	19
14	Rua Amélio Légora	52	208
15	Bairro Recanto do Siribeira	98	135
16	Rua Antônio Cláudio Gaigher	12	48
17	Rod. Lauro F. Pinto	4	6
18	Rua Arthur Orlande	7	10

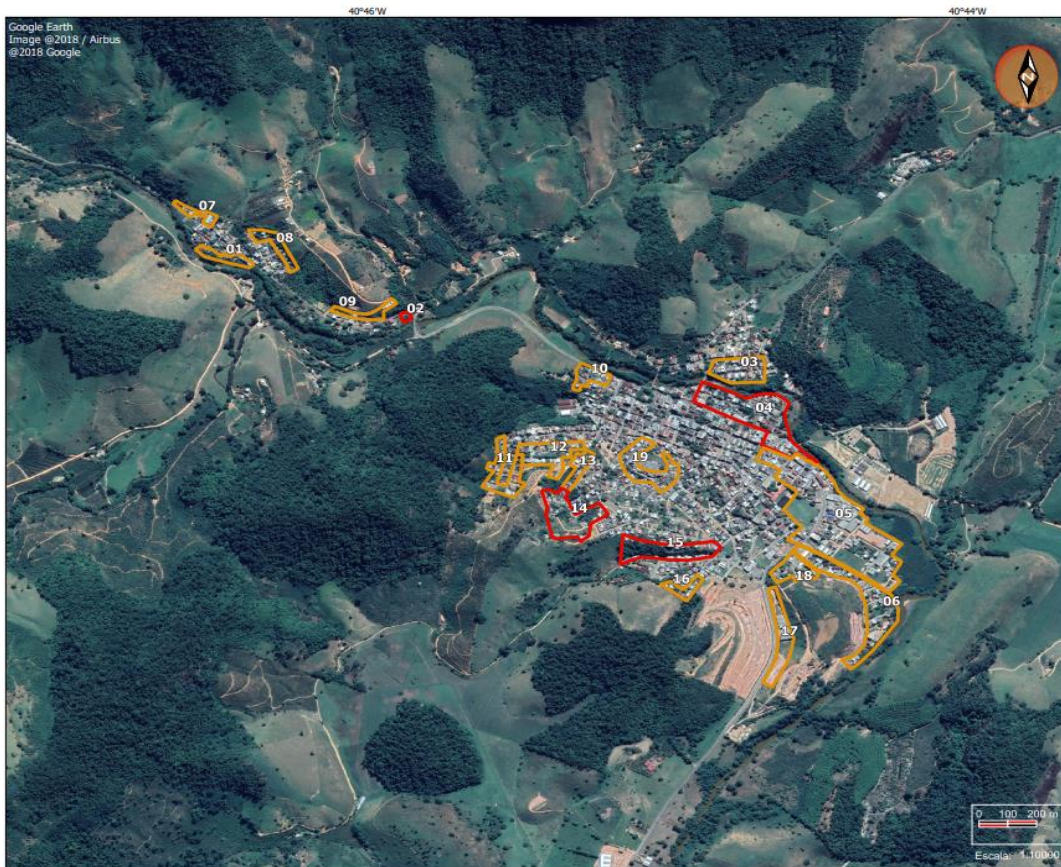
Fonte: CPRM (2025).

- Dentre os locais afetados, encontram-se a Casa Lar Aconchego do Idoso, o Pronto Atendimento de Saúde Dr. Klinger Minassa, o ESF Cajá Maria da Penha Fonseca (Chica) e a Policlínica – Unidade Sanitária 3.
- A seguir, está apresentado o mapa cartográfico da sede de Alfredo Chaves-ES contendo as áreas de risco. Essa informação foi retirada do relatório da CPRM do ano de 2025.



SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

ALFREDO CHAVES - ES
Novembro / 2019



Legenda
Setores de Risco
Alto
Muito Alto

Equipe Técnica
Angela da Silva Bellettini - Pesquisadora em Geociências (Geóloga)
Débora Lamberty - Pesquisadora em Geociências (Geóloga)

PRINCIPAIS RISCOS A SEREM MONITORADOS

Cenário	Possíveis impactos	Setores prioritários
Calor intenso / ondas de calor	Desidratação, exaustão pelo calor, agravamento cardiovascular e respiratório, maior demanda assistencial.	APS, PA, VE, Saúde do Trabalhador, Psicossocial
Estiagem / redução da disponibilidade de água	Risco à segurança hídrica, higiene, doenças diarreicas e interrupção de serviços.	Vigilância Ambiental, Sanitária, APS, Assistência Farmacêutica
Fumaça / queimadas	Irritação respiratória, agravamento de asma e DPOC, aumento de procura por atendimento.	VE, APS, PA, Saúde do Trabalhador
Alteração do regime de chuvas / temporais	Alagamentos, deslizamentos, interrupção de serviços, lesões e doenças relacionadas à água.	Vigidesastres, VE, VA, VISA, APS, Regulação
Aumento de vetores	Ampliação do risco de dengue e outras arboviroses.	Vigilância Ambiental, VE, APS
Impactos psicossociais	Ansiedade, estresse, alterações do sono e sofrimento relacionado a eventos extremos.	Atenção Psicossocial, APS, Assistência Social

ESTÁGIOS OPERACIONAIS

NORMALIDADE – Monitoramento contínuo, prevenção e manutenção da capacidade de resposta. Não há impacto relevante sobre os serviços.

ALERTA – Previsões, alertas ou indicadores apontam possibilidade de agravamento das condições climáticas. As ações preventivas e de preparação são

intensificadas, com revisão de estoques, equipes, equipamentos, comunicação e fluxos.

EMERGÊNCIA – Os impactos já produzem danos ou aumento relevante da demanda, comprometimento de serviços, abastecimento, deslocamento ou saúde da população. São adotadas medidas emergenciais e, quando necessário, acionado apoio regional, estadual ou federal.

As ações anteriormente classificadas como Mobilização/Preparo passam a integrar a Fase Alerta. As ações anteriormente classificadas como Crise passam a integrar a Fase Emergência.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / GESTÃO

FASE NORMALIDADE

Nesta fase, a gestão da Secretaria Municipal de Saúde deverá priorizar o planejamento, o levantamento de necessidades, a avaliação da capacidade operacional dos serviços e a definição dos fluxos de comunicação e resposta.

Planejamento e coordenação da gestão

- Organizar a execução do plano municipal, identificando os setores responsáveis pelas ações e estabelecendo os respectivos fluxos de comunicação.
- Solicitar às coordenações, gerências e unidades de saúde o levantamento das necessidades estruturais, assistenciais, administrativas e logísticas relacionadas aos riscos climáticos.
- Estabelecer rotina de acompanhamento das informações relevantes e dos alertas emitidos pelos órgãos competentes.
- Promover a articulação intersetorial necessária à preparação da rede municipal de saúde.

Organização da rede assistencial

- Avaliar as condições de funcionamento das Unidades de Saúde da Família, do Pronto Atendimento, da Policlínica e dos demais serviços municipais de saúde.
- Identificar possíveis vulnerabilidades relacionadas ao abastecimento de água, ao fornecimento de energia elétrica, à comunicação, ao acesso viário e à conservação de insumos.
- Orientar as equipes quanto aos procedimentos a serem adotados em situações de interrupção ou comprometimento dos atendimentos.
- Planejar alternativas operacionais para assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

Vigilância em Saúde e prevenção de agravos

- Fortalecer o monitoramento dos agravos relacionados às condições climáticas e ambientais, especialmente arboviroses, doenças diarreicas, leptospirose e problemas respiratórios.
- Estabelecer fluxo de comunicação entre as equipes assistenciais e a Vigilância em Saúde para identificação e notificação oportuna de ocorrências relevantes.
- Organizar ações preventivas e educativas sobre os riscos associados ao calor intenso, à água imprópria para consumo, às queimadas, aos resíduos e à proliferação de vetores.
- Acompanhar informações sobre qualidade e disponibilidade da água, condições ambientais e possíveis riscos à saúde coletiva, articulando providências com os setores competentes.

Assistência Farmacêutica, imunização e insumos

- Realizar levantamento dos medicamentos, vacinas, insumos e materiais considerados essenciais para a continuidade dos atendimentos.
- Identificar riscos de desabastecimento e estabelecer rotina de verificação dos estoques e dos prazos de validade.

- Avaliar as condições de armazenamento e conservação dos imunobiológicos, incluindo os procedimentos de contingência para eventuais interrupções de energia.
- Planejar a reposição de materiais necessários às ações assistenciais e de vigilância, observadas a disponibilidade orçamentária e as normas aplicáveis.

Transporte sanitário, regulação e atenção aos grupos vulneráveis

- Identificar possíveis dificuldades de deslocamento das equipes e dos usuários, especialmente nas comunidades rurais e em áreas sujeitas a isolamento.
- Organizar o levantamento das demandas de transporte sanitário e dos atendimentos que exigem continuidade, incluindo hemodiálise, tratamento oncológico e outras situações prioritárias.
- Orientar as equipes para identificação e acompanhamento de pessoas idosas, acamadas, com deficiência, doenças crônicas ou outras condições que aumentem a vulnerabilidade aos eventos climáticos.
- Articular, quando necessário, o acompanhamento dos usuários com a rede de assistência social e demais serviços públicos.

Gestão administrativa, financeira e logística

- Levantar as necessidades de contratação, aquisição, manutenção e disponibilização de recursos indispensáveis à resposta da saúde.
- Verificar a situação dos contratos e dos serviços essenciais ao funcionamento da rede.
- Identificar necessidades de contingência relacionadas a veículos, equipamentos, comunicação, energia, água e armazenamento de materiais.
- Planejar os procedimentos administrativos necessários à eventual aquisição ou disponibilização emergencial de bens e serviços, observadas as exigências legais.

Resultado esperado da Fase de Normalidade: rede municipal de saúde preparada, setores orientados, necessidades prioritárias identificadas, fluxos de comunicação definidos e medidas preventivas organizadas para eventual intensificação dos riscos.

FASE ALERTA

Nesta fase, a gestão deverá ampliar o acompanhamento da situação, verificar a prontidão das equipes e adotar providências antecipadas para reduzir os impactos de possíveis ocorrências.

Intensificação da coordenação e do monitoramento

- Intensificar o acompanhamento dos alertas meteorológicos, ambientais e sanitários emitidos pelos órgãos competentes.
- Solicitar atualização das condições operacionais das unidades de saúde e das informações referentes aos estoques, às equipes e à disponibilidade de transporte.
- Manter comunicação sistemática com as coordenações e gerências, consolidando as informações necessárias à tomada de decisão.
- Avaliar, conforme a gravidade e a abrangência do risco, a necessidade de intensificar as medidas previstas no plano e de articular a atuação com a Defesa Civil e demais órgãos competentes.

Preparação da assistência e continuidade dos serviços

- Confirmar a disponibilidade das equipes e os procedimentos para manutenção dos atendimentos essenciais.
- Verificar as condições de acesso às unidades, especialmente em áreas rurais ou sujeitas a alagamentos, deslizamentos e interrupções de vias.
- Preparar alternativas de funcionamento e de comunicação para eventual comprometimento da estrutura física, do abastecimento de água ou do fornecimento de energia.

- Orientar as unidades quanto à priorização assistencial e ao encaminhamento de situações que demandem atendimento de maior complexidade.

Vigilância e medidas preventivas

- Intensificar o acompanhamento dos indicadores de doenças e agravos relacionados ao evento climático.
- Reforçar a comunicação entre a Vigilância em Saúde, a Atenção Primária e os demais serviços assistenciais.
- Adotar medidas de investigação e resposta diante de aumento incomum de casos ou identificação de risco sanitário.
- Intensificar as orientações preventivas à população sobre hidratação, exposição ao calor, prevenção de doenças, consumo seguro de água e cuidados durante queimadas e eventos de chuva intensa.

Reforço de estoques e recursos essenciais

- Conferir a disponibilidade de medicamentos, insumos, vacinas, materiais de proteção e demais itens necessários à manutenção dos serviços.
- Antecipar solicitações de reposição quando identificada possibilidade de desabastecimento.
- Confirmar as condições de conservação dos imunobiológicos e a disponibilidade dos meios de contingência.
- Verificar a disponibilidade de veículos, equipamentos e recursos necessários à mobilização das equipes, dentro das condições operacionais existentes.

Proteção dos usuários prioritários

- Reforçar a identificação e o acompanhamento de pessoas em situação de maior vulnerabilidade.
- Orientar as equipes da Estratégia Saúde da Família e os agentes comunitários de saúde quanto à necessidade de atenção aos usuários que possam apresentar dificuldade de acesso aos serviços.

- Articular com os serviços de assistência social e demais órgãos competentes o apoio às pessoas ou instituições que necessitem de medidas específicas de proteção.
- Organizar encaminhamentos prioritários para usuários cuja assistência não possa ser interrompida.

Comunicação e preparação administrativa

- Divulgar orientações oficiais aos profissionais e à população, utilizando os canais institucionais disponíveis.
- Manter registro das ocorrências, dos alertas recebidos, das medidas preventivas adotadas e das necessidades identificadas.
- Identificar demandas administrativas e logísticas que possam exigir providências imediatas.
- Preparar a mobilização dos setores envolvidos, caso haja agravamento do cenário e necessidade de passagem para a Fase de Emergência.

Resultado esperado da Fase de Alerta: serviços em prontidão, estoques e recursos verificados, equipes orientadas, usuários prioritários identificados e providências antecipadas para reduzir os impactos de eventual agravamento da situação.

FASE EMERGÊNCIA

A atuação deverá ser orientada pela gravidade da ocorrência, pelas condições reais de funcionamento da rede e pelas informações oficiais disponíveis, com priorização da proteção da vida, da assistência aos casos urgentes e da manutenção dos serviços essenciais.

Coordenação da resposta

- Coordenar as ações de saúde relacionadas à ocorrência, centralizando as informações necessárias à tomada de decisão.

- Manter articulação com a Defesa Civil, as demais secretarias municipais, os órgãos estaduais e outros serviços de apoio, conforme a natureza e a extensão do evento.
- Definir prioridades operacionais de acordo com as necessidades identificadas e os recursos disponíveis.
- Registrar as decisões, as medidas adotadas, os serviços afetados e as demandas que dependam de apoio externo.

Continuidade da assistência à saúde

- Priorizar os atendimentos de urgência, emergência e demais serviços essenciais, conforme a capacidade operacional disponível.
- Reorganizar os fluxos de atendimento quando houver interrupção, restrição de acesso ou comprometimento de unidades de saúde.
- Avaliar, junto aos setores competentes, alternativas de atendimento ou encaminhamento quando a unidade de referência estiver temporariamente indisponível.
- Assegurar a comunicação entre os serviços para evitar descontinuidade assistencial e orientar adequadamente os usuários.

Resposta da Vigilância em Saúde

- Intensificar a identificação, a investigação e a notificação dos agravos relacionados à ocorrência.
- Monitorar riscos decorrentes de alagamentos, deslizamentos, interrupção do abastecimento de água, queimadas, calor intenso e outras condições ambientais.
- Adotar as medidas sanitárias e epidemiológicas cabíveis dentro das competências da Secretaria.
- Comunicar riscos identificados aos órgãos competentes e apoiar a divulgação de medidas de prevenção e proteção à população.

Medicamentos, imunização e insumos

- Organizar a distribuição dos medicamentos e insumos essenciais conforme as necessidades dos serviços e os critérios de prioridade estabelecidos.
- Monitorar o consumo e a disponibilidade dos estoques, solicitando reposição quando necessário.
- Adotar procedimentos de proteção e contingência para medicamentos, vacinas e demais materiais que exijam condições específicas de conservação.
- Registrar perdas, danos, faltas e necessidades extraordinárias decorrentes da ocorrência.

Transporte sanitário e acesso aos serviços

- Reorganizar os deslocamentos conforme as condições de segurança e de trafegabilidade das vias.
- Priorizar o transporte de pacientes em situações urgentes e daqueles que necessitem manter tratamentos essenciais, de acordo com a avaliação assistencial.
- Articular rotas alternativas e apoio logístico com os órgãos competentes quando houver interrupção de acessos.
- Orientar as equipes e os usuários sobre alterações temporárias no funcionamento dos serviços e nas formas de acesso à assistência.

Proteção de grupos vulneráveis

- Intensificar o acompanhamento de pessoas idosas, acamadas, com deficiência, doenças crônicas ou dependentes de cuidados contínuos.
- Avaliar as necessidades de apoio de instituições e serviços que acolham pessoas vulneráveis, em articulação com os setores responsáveis.

- Organizar, dentro das condições de segurança e dos recursos disponíveis, medidas de assistência e encaminhamento para usuários que estejam em situação de risco.
- Comunicar às autoridades competentes situações que exijam atuação integrada ou providências que ultrapassem a competência da Secretaria de Saúde.

Gestão administrativa, financeira e logística

- Priorizar a disponibilização de recursos necessários à resposta, observadas as competências administrativas, a disponibilidade orçamentária e a legislação vigente.
- Coordenar o levantamento das necessidades de pessoal, materiais, equipamentos, transporte e serviços de apoio.
- Adotar os procedimentos administrativos cabíveis para atendimento das demandas decorrentes da emergência, com a devida justificativa, instrução processual e documentação.
- Manter controle das aquisições, da distribuição dos recursos, das despesas e dos materiais empregados na resposta.
- Solicitar apoio aos demais entes e órgãos competentes quando as necessidades identificadas excederem a capacidade operacional municipal.

Comunicação de risco

- Divulgar informações oficiais, atualizadas e objetivas sobre os riscos à saúde, as medidas de proteção e as alterações no funcionamento dos serviços.
- Orientar a população sobre os canais de atendimento e os procedimentos a serem adotados diante de situações de risco.
- Manter comunicação institucional entre os setores envolvidos, evitando orientações divergentes ou divulgação de informações não confirmadas.
- Atualizar as orientações conforme a evolução da ocorrência e as recomendações dos órgãos competentes.

Registro, avaliação e recuperação

- Consolidar as informações sobre atendimentos, agravos, interrupções de serviços, danos à estrutura e necessidades não atendidas.
- Identificar as medidas que deverão permanecer em execução até a normalização das condições.
- Planejar a retomada gradual das atividades eventualmente suspensas ou reorganizadas.
- Elaborar avaliação das ações executadas, apontando dificuldades, resultados, recursos utilizados e medidas de aprimoramento para situações futuras.

Resultado esperado da Fase de Emergência: resposta coordenada e documentada, priorização dos atendimentos essenciais, proteção dos usuários vulneráveis, redução de riscos à saúde e adoção de medidas para restabelecer os serviços afetados.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

FASE NORMALIDADE

- Manter as ações rotineiras de Vigilância Ambiental e dos Agentes de Combate às Endemias.
- Realizar visitas domiciliares para identificação e eliminação de criadouros do *Aedes aegypti*.
- Realizar inspeções em terrenos, prédios públicos, cemitérios, borracharias e demais pontos estratégicos.
- Realizar levantamento dos índices de infestação do *Aedes aegypti* conforme cronograma estabelecido.
- Manter o monitoramento por meio de ovitrampas.
- Realizar tratamento focal dos criadouros que não possam ser eliminados.
- Monitorar áreas sujeitas a alagamentos, enchentes, acúmulo de resíduos e outros riscos ambientais.



- Manter o monitoramento da qualidade da água para consumo humano.
- Realizar coletas e análises de água conforme programação do Vigiaqua.
- Orientar a população sobre limpeza de caixas-d'água, tratamento e armazenamento adequado da água.
- Realizar ações educativas sobre prevenção das arboviroses, doenças relacionadas à água, manejo de resíduos e demais riscos ambientais.
- Realizar orientações e inspeções relacionadas à ocorrência de escorpiões, serpentes e outros animais peçonhentos.
- Manter comunicação e articulação com a Defesa Civil e demais setores municipais.
- Manter atualizados os contatos das equipes e dos órgãos envolvidos na resposta.
- Manter disponíveis e em condições de uso os veículos, equipamentos, EPIs e materiais necessários às ações de campo.
- Monitorar os indicadores de Vigilância Ambiental e registrar as ações realizadas.
- Identificar previamente áreas e populações mais vulneráveis aos impactos de eventos climáticos.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento das áreas vulneráveis e de risco.
- Intensificar as visitas domiciliares e inspeções em áreas prioritárias.
- Intensificar a eliminação de criadouros do *Aedes aegypti* antes da ocorrência de chuvas intensas.
- Intensificar o tratamento focal em áreas com maior risco de proliferação do vetor.
- Intensificar o monitoramento por ovitrampas e dos índices de infestação.
- Realizar inspeções preventivas em locais com possibilidade de acúmulo de água.
- Intensificar as ações em terrenos baldios, cemitérios, prédios públicos, borracharias e pontos estratégicos.
- Intensificar o monitoramento da qualidade da água em áreas vulneráveis.
- Programar e realizar coletas adicionais de água quando houver indicação de risco de contaminação.

- Intensificar as orientações à população sobre consumo e armazenamento seguro da água.
- Reforçar as ações de educação em saúde e comunicação de risco.
- Intensificar o monitoramento de escorpiões, serpentes e outros animais peçonhentos.
- Realizar inspeções preventivas em locais com maior possibilidade de ocorrência de animais peçonhentos.
- Conferir os estoques de larvicidas, inseticidas, materiais de coleta, EPIs e demais insumos.
- Verificar as condições dos veículos, equipamentos de campo e equipamentos de controle vetorial.
- Intensificar a comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil, Meio Ambiente, Obras, Saneamento e Assistência Social.
- Manter contato com a SESA/ES para acompanhamento dos alertas e eventual necessidade de apoio técnico.
- Preparar as equipes para rápida mobilização em caso de agravamento do evento.
- Priorizar recursos e equipes para as áreas consideradas de maior risco.

FASE EMERGÊNCIA

- Mobilizar imediatamente as equipes da Vigilância Ambiental e dos Agentes de Combate às Endemias para as áreas afetadas.
- Realizar inspeções emergenciais nas áreas atingidas por enchentes, alagamentos ou chuvas intensas.
- Intensificar a eliminação de criadouros do *Aedes aegypti* nas áreas afetadas.
- Realizar tratamento focal e ações de controle vetorial nas áreas com acúmulo de água.
- Realizar bloqueio e tratamento de áreas com aumento de criadouros, conforme avaliação técnica.
- Priorizar imóveis, pontos estratégicos e áreas públicas localizadas nas regiões afetadas.
- Intensificar o monitoramento dos índices de infestação do *Aedes aegypti* após o evento.



- Intensificar o monitoramento da qualidade da água nas áreas atingidas.
- Realizar coletas e análises de água nas áreas afetadas por enchentes e alagamentos.
- Orientar a população sobre a segurança da água para consumo humano.
- Orientar sobre limpeza e desinfecção de reservatórios e demais cuidados após enchentes.
- Comunicar imediatamente à população situações que ofereçam risco relacionado ao consumo de água.
- Intensificar as ações de educação em saúde e comunicação de risco nas áreas afetadas.
- Realizar orientações e inspeções relacionadas à presença de escorpiões, serpentes e outros animais peçonhentos.
- Intensificar o monitoramento de ocorrências envolvendo animais peçonhentos após o evento.
- Realizar ações de orientação e prevenção nos locais afetados por movimentação de entulhos, resíduos e materiais.
- Manter comunicação permanente com a Defesa Civil e os demais setores envolvidos na resposta.
- Informar e atualizar os órgãos competentes sobre as ocorrências identificadas e as ações realizadas.
- Solicitar apoio técnico e operacional à SESA/ES quando a capacidade municipal for insuficiente.
- Solicitar, quando necessário, insumos, equipamentos, análises laboratoriais e demais recursos para manutenção das ações.
- Registrar as áreas atendidas, ações executadas, ocorrências identificadas e recursos utilizados.
- Monitorar continuamente a evolução dos riscos à saúde da população até a redução da situação de emergência.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

FASE NORMALIDADE

- Verificar condições sanitárias de unidades de saúde, escolas, estabelecimentos de alimentos, reservatórios e demais locais estratégicos.

FASE ALERTA

- Revisar protocolos para água, alimentos, resíduos, abrigos e unidades de saúde.
- Orientar estabelecimentos sobre armazenamento de água, alimentos e manutenção de condições sanitárias.
- Preparar ações de comunicação sobre água imprópria, alimentos perecíveis e riscos relacionados ao calor.
- Intensificar inspeções em estabelecimentos de maior risco.
- Monitorar condições de abastecimento de água, conservação de alimentos, resíduos e higiene.
- Orientar e, quando necessário, adotar medidas sanitárias sobre atividades que apresentem risco à saúde.

FASE EMERGÊNCIA

- Inspecionar abrigos, pontos de atendimento e locais de preparo/distribuição de alimentos.
- Verificar água, banheiros, ventilação, resíduos, controle de vetores e condições de superlotação.
- Identificar alimentos deteriorados, medicamentos vencidos e outros produtos impróprios.
- Manter fiscalização prioritária dos serviços essenciais e abrigos.
- Garantir condições sanitárias mínimas para unidades deslocadas e estruturas temporárias.
- Articular com demais vigilâncias a resposta a riscos sanitários coletivos.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

FASE NORMALIDADE

- Manter o monitoramento rotineiro das doenças e agravos de notificação compulsória no município.
- Monitorar sistematicamente os sistemas de informação em saúde, identificando alterações no perfil epidemiológico e aumento incomum de casos.
- Manter vigilância contínua das arboviroses, especialmente dengue, chikungunya, zika e febre Oropouche.
- Monitorar casos de leptospirose e outros agravos relacionados à exposição à água ou lama potencialmente contaminadas.
- Monitorar a ocorrência de doenças diarreicas agudas e possíveis surtos de doenças transmitidas por água e alimentos.
- Monitorar atendimentos e notificações relacionados a doenças e agravos decorrentes do calor excessivo.
- Monitorar síndromes e agravos respiratórios que possam apresentar aumento associado à fumaça, queimadas e piora da qualidade do ar.
- Acompanhar a ocorrência de acidentes por animais peçonhentos em articulação com a Vigilância Ambiental.
- Manter atualizados os fluxos de notificação, investigação epidemiológica, coleta de amostras e encaminhamento ao LACEN/ES junto a Vigilância Laboratorial.
- Orientar os serviços de saúde sobre a notificação oportuna das doenças e agravos de interesse epidemiológico.
- Manter articulação com a Atenção Primária à Saúde, Pronto Atendimento, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Imunização e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.
- Manter comunicação com a SESA/ES para acompanhamento de alertas epidemiológicos e orientações técnicas.
- Identificar previamente as áreas e populações mais vulneráveis aos impactos dos eventos climáticos, em articulação com a APS, Vigilância Ambiental e Defesa Civil.



- Manter atualizados os contatos das equipes, referências técnicas e serviços envolvidos na resposta epidemiológica.
- Realizar análise periódica dos indicadores epidemiológicos relacionados aos riscos previstos no plano.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento das doenças e agravos potencialmente relacionados às condições climáticas previstas.
- Intensificar a análise das notificações e atendimentos para identificação precoce de aumento de casos ou alteração do padrão epidemiológico.
- Reforçar junto às unidades de saúde a necessidade de notificação oportuna dos casos suspeitos de doenças e agravos de interesse epidemiológico.
- Intensificar o monitoramento de casos suspeitos de leptospirose diante da previsão ou ocorrência de chuvas intensas, enchentes e alagamentos.
- Intensificar o monitoramento das doenças diarreicas agudas e de possíveis surtos relacionados à água e aos alimentos.
- Intensificar o monitoramento das arboviroses e compartilhar oportunamente as informações epidemiológicas com a Vigilância Ambiental para direcionamento das ações de controle vetorial.
- Intensificar o monitoramento dos atendimentos relacionados ao calor excessivo, desidratação e outros agravos associados às altas temperaturas.
- Intensificar o acompanhamento das síndromes e agravos respiratórios diante de queimadas, fumaça ou alterações da qualidade do ar.
- Alertar a APS e o Pronto Atendimento sobre os agravos com possibilidade de aumento durante o evento climático.
- Preparar as equipes para realização de investigação epidemiológica e busca ativa de casos, quando necessário.
- Revisar os fluxos para coleta, acondicionamento e encaminhamento de amostras biológicas ao LACEN/ES junto a vigilância laboratorial.
- Reforçar as orientações aos profissionais de saúde sobre definição de caso, sinais de alerta, notificação, investigação e manejo dos principais agravos relacionados ao evento.



- Intensificar a comunicação com a Vigilância Ambiental, APS, Pronto Atendimento, Defesa Civil e demais setores envolvidos.
- Manter contato com a SESA/ES para acompanhamento da situação epidemiológica e eventual necessidade de apoio técnico.
- Reforçar as ações de comunicação de risco e educação em saúde, orientando a população sobre prevenção, sinais e sintomas e procura oportuna pelos serviços de saúde.

FASE EMERGÊNCIA

- Intensificar imediatamente a vigilância epidemiológica das doenças e agravos relacionados ao evento climático.
- Realizar monitoramento diário ou conforme necessidade das notificações, atendimentos e demais indicadores epidemiológicos prioritários.
- Identificar rapidamente aumento incomum de casos, agregados de casos, surtos ou ocorrência de eventos de importância para a saúde pública.
- Investigar oportunamente os casos e surtos identificados nas áreas afetadas.
- Realizar, em articulação com a APS, busca ativa de casos nas áreas e comunidades afetadas, quando epidemiologicamente indicada.
- Intensificar a vigilância de leptospirose nas áreas atingidas por enchentes, alagamentos e contato da população com água ou lama potencialmente contaminadas.
- Intensificar a vigilância das doenças diarreicas agudas e investigar possíveis surtos relacionados à água e aos alimentos.
- Intensificar o monitoramento das arboviroses nas áreas afetadas e comunicar à Vigilância Ambiental alterações epidemiológicas que indiquem necessidade de intervenção.
- Monitorar os atendimentos e agravos relacionados ao calor extremo, especialmente nos grupos mais vulneráveis (crianças, gestantes e idosos).
- Intensificar o monitoramento das síndromes e agravos respiratórios durante episódios de fumaça e queimadas.
- Garantir a notificação e investigação oportuna das doenças e agravos de notificação compulsória relacionados ao evento.

- Articular a coleta, acondicionamento e encaminhamento de amostras ao LACEN/ES conforme os protocolos específicos de cada agravo junto a vigilância laboratorial.
- Comunicar imediatamente à gestão municipal e à SESA/ES a ocorrência de surtos, aumento expressivo de casos ou outros eventos epidemiológicos relevantes.
- Solicitar apoio técnico à SESA/ES quando a situação epidemiológica ultrapassar a capacidade de resposta municipal.
- Produzir e atualizar informações epidemiológicas para subsidiar a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais setores envolvidos na resposta.
- Reforçar a comunicação de risco à população sobre prevenção, sinais e sintomas, grupos vulneráveis e situações que indiquem necessidade de procura imediata pelos serviços de saúde.
- Manter comunicação permanente com APS, Pronto Atendimento, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Imunização, Defesa Civil e demais setores envolvidos.
- Registrar as ações realizadas, casos investigados, surtos identificados, áreas afetadas e medidas adotadas.
- Manter o acompanhamento epidemiológico das áreas afetadas até a estabilização dos indicadores e redução do risco à saúde da população.
- Manter a vigilância epidemiológica intensificada no período pós-evento, conforme os riscos identificados.
- Avaliar a evolução dos casos e agravos registrados antes, durante e após o evento.
- Consolidar e analisar os dados epidemiológicos das áreas e populações afetadas.
- Identificar possíveis surtos ou repercussões tardias relacionadas ao evento climático.
- Elaborar relatório epidemiológico pós-evento contendo os principais agravos, ações executadas, dificuldades identificadas e recomendações.
- Avaliar a efetividade das ações realizadas e propor adequações nos fluxos e protocolos da Vigilância Epidemiológica.
- Participar da avaliação pós-evento com os demais setores e contribuir para a revisão e atualização do Plano Municipal.

VIGILÂNCIA LABORATORIAL

FASE NORMALIDADE

- Manter a rotina de recebimento, conferência, identificação, processamento e/ou encaminhamento das amostras laboratoriais relacionadas às ações de Vigilância em Saúde.
- Manter atualizados os fluxos e procedimentos para coleta, identificação, acondicionamento, conservação, transporte e encaminhamento de amostras ao LACEN/ES, conforme protocolos vigentes.
- Garantir a disponibilidade e o controle de insumos, materiais, recipientes, meios de transporte, equipamentos de proteção individual e demais recursos necessários às atividades laboratoriais.
- Manter articulação permanente com a Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Atenção Primária, Pronto Atendimento e demais setores envolvidos na coleta e investigação laboratorial.
- Apoiar a Vigilância Epidemiológica na definição e operacionalização dos fluxos laboratoriais para investigação de casos suspeitos, surtos e demais eventos de importância para a saúde pública.
- Manter atualizados os contatos dos responsáveis pela coleta, transporte, recebimento e encaminhamento de amostras no município e junto ao LACEN/ES.
- Monitorar a disponibilidade de insumos e equipamentos, identificando antecipadamente necessidades de reposição ou manutenção.
- Manter registros atualizados das amostras recebidas, processadas, rejeitadas, pendentes e encaminhadas para análise de referência, garantindo sua rastreabilidade.
- Manter os profissionais orientados quanto aos procedimentos técnicos, fluxos laboratoriais, biossegurança e gerenciamento de resíduos.
- Acompanhar as orientações, notas técnicas e protocolos da SESA/ES e do LACEN/ES, apoiando a vigilância de agravos relacionados a eventos climáticos, como arboviroses, leptospirose, doenças de transmissão hídrica e alimentar e doenças respiratórias.

FASE ALERTA

- Intensificar a verificação da disponibilidade de insumos, materiais, equipamentos de proteção individual e demais recursos necessários à coleta, conservação e transporte de amostras.
- Revisar e reforçar os fluxos municipais de coleta e encaminhamento de amostras ao LACEN/ES, considerando a possibilidade de aumento da demanda laboratorial.
- Orientar os serviços de saúde quanto aos procedimentos adequados para coleta, identificação, acondicionamento, conservação e encaminhamento das amostras.
- Intensificar a articulação com a Vigilância Epidemiológica para antecipar demandas relacionadas ao aumento de casos suspeitos, surtos e outros eventos de importância para a saúde pública.
- Priorizar a organização dos fluxos laboratoriais para agravos com possibilidade de aumento durante chuvas intensas, enchentes, alagamentos, altas temperaturas e alterações ambientais.
- Reforçar os fluxos para investigação de leptospirose em situações de enchentes e alagamentos, especialmente nos casos de exposição à água ou lama potencialmente contaminadas.
- Reforçar os fluxos para investigação de doenças diarreicas agudas, surtos relacionados à água e aos alimentos e arboviroses, conforme protocolos e orientação da Vigilância Epidemiológica.
- Avaliar a necessidade de ampliar ou reorganizar horários, equipes e capacidade operacional do laboratório de acordo com a demanda prevista.
- Conferir as condições de armazenamento e conservação de insumos e amostras, verificando o funcionamento dos equipamentos necessários.
- Intensificar o monitoramento de amostras pendentes, rejeitadas ou com necessidade de recoleta, buscando reduzir atrasos na investigação dos casos.
- Manter comunicação com o LACEN/ES e informar à Vigilância Epidemiológica e à gestão municipal dificuldades que possam comprometer a coleta, conservação, transporte ou encaminhamento das amostras.

- Reforçar as medidas de biossegurança, preparar os profissionais para o aumento da demanda e manter registro atualizado da capacidade operacional, necessidades de apoio e recursos disponíveis.

FASE EMERGÊNCIA

- Intensificar imediatamente as ações de Vigilância Laboratorial nas áreas e serviços de saúde afetados pelo evento climático.
- Priorizar, conforme os protocolos e definição da Vigilância Epidemiológica, o recebimento, processamento e encaminhamento das amostras relacionadas aos agravos de maior relevância para a saúde pública.
- Garantir a coleta, identificação, acondicionamento, conservação, transporte e encaminhamento adequado das amostras provenientes das áreas afetadas.
- Intensificar a articulação com a Vigilância Epidemiológica e demais setores da saúde para identificar e atender às necessidades laboratoriais decorrentes do evento.
- Reforçar a investigação laboratorial de leptospirose, doenças diarreicas agudas, surtos relacionados à água e alimentos, arboviroses e outros agravos que apresentem aumento de ocorrência nas áreas afetadas.
- Priorizar o encaminhamento ao LACEN/ES das amostras de maior relevância epidemiológica, observando os critérios estabelecidos para cada agravo.
- Identificar e comunicar imediatamente problemas relacionados à falta de insumos, equipamentos, transporte, armazenamento ou outras condições que possam comprometer a resposta laboratorial.
- Acionar os fluxos de apoio junto à gestão municipal, SESA/ES e LACEN/ES quando a demanda ultrapassar a capacidade operacional do laboratório.
- Manter comunicação permanente com os setores envolvidos na resposta e reforçar as medidas de biossegurança durante a manipulação, armazenamento e transporte de materiais biológicos.
- Registrar intercorrências, dificuldades, necessidades, alterações nos fluxos e demais informações relevantes, além de comunicar oportunamente resultados laboratoriais importantes para a investigação de surtos e eventos de saúde pública.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

FASE NORMALIDADE

- Colaborar com outros setores da saúde para identificação de trabalhadores com maior vulnerabilidade: profissionais de saúde, equipes de resgates, trabalhadores rurais e voluntários.
- Promover treinamento para que os trabalhadores atuem de forma segura

FASE ALERTA

- Prevenção de acidentes e agravos relacionados aos trabalhadores;
- Participar da elaboração de protocolos de segurança a serem seguidos durante o FENÔMENO.

FASE EMERGÊNCIA

- Vigilância em saúde do trabalhador em atuação no cenário do desastre
- Monitoramento a exposição de agentes biológicos, contaminação da água, riscos físicos e psicossociais.
- Monitoramento em Canais oficiais de Doenças e Agravos relacionados à saúde do Trabalhador.
- Vigilância quanto ao cumprimento dos protocolos de segurança.

IMUNIZAÇÃO

FASE NORMALIDADE

- Manter as atividades rotineiras de vacinação.
- Monitorar as coberturas vacinais, identificar grupos, faixas etárias e localidades com baixa cobertura ou esquemas vacinais incompletos.
- Realizar busca ativa dos usuários com esquemas vacinais incompletos, com atenção especial à vacinação contra difteria e tétano.



- Manter atualizados os registros de imunização nos sistemas de informação oficiais.
- Manter estoque adequado de vacinas, seringas, agulhas e demais insumos necessários às atividades de imunização.
- Garantir disponibilidade, funcionamento adequado dos termômetros e demais equipamentos utilizados no monitoramento da temperatura dos imunobiológicos.
- Realizar manutenção preventiva das câmaras de conservação de vacinas.
- Realizar manutenção preventiva dos aparelhos de ar-condicionado das salas de vacina.
- Verificar periodicamente as condições das instalações elétricas das salas de vacina e dos equipamentos da Rede de Frio.
- Manter estabelecido e atualizado fluxo de contingência para situações de interrupção do fornecimento de energia elétrica.
- Garantir disponibilidade de bobinas reutilizáveis devidamente preparadas e em quantidade suficiente para situações de contingência e atividades extramuros.
- Manter caixas térmicas e bobinas reutilizáveis disponíveis para transporte de imunobiológicos e realização de vacinação extramuros.
- Verificar periodicamente as condições das caixas térmicas e dos demais equipamentos destinados ao transporte e conservação dos imunobiológicos.
- Manter disponíveis equipamentos e recursos necessários ao transporte seguro dos imunobiológicos, inclusive para atendimento às localidades do interior e áreas rurais.
- Manter atualizados os contatos dos responsáveis pelas vacinas, manutenção, transporte e demais setores envolvidos no plano de contingência da Rede de Frio.
- Manter as equipes capacitadas quanto às condutas diante de alterações de temperatura, falhas de equipamentos e interrupção de energia elétrica.
- Registrar e monitorar as temperaturas dos equipamentos de conservação dos imunobiológicos conforme rotina estabelecida.

FASE ALERTA

- de vacina e da Rede de Frio diante de alertas de calor intenso, temporais ou possibilidade de interrupção de energia elétrica.
- Conferir o funcionamento das câmaras de conservação de vacinas, termômetros e aparelhos de ar-condicionado.
- Verificar previamente as condições das instalações elétricas das salas de vacina e comunicar imediatamente qualquer alteração identificada.
- Revisar e reforçar o fluxo de contingência para interrupções no fornecimento de energia elétrica.
- Conferir a disponibilidade de caixas térmicas, bobinas reutilizáveis e demais equipamentos necessários para transferência emergencial dos imunobiológicos.
- Preparar previamente os recursos necessários ao transporte e conservação dos imunobiológicos em caso de necessidade de transferência para outra unidade.
- Intensificar o monitoramento das temperaturas dos equipamentos da Rede de Frio e comunicar imediatamente alterações que possam comprometer a conservação dos imunobiológicos.
- Conferir os estoques de vacinas e insumos estratégicos e avaliar a necessidade de reposição preventiva.
- Identificar áreas com possibilidade de isolamento ou dificuldade de acesso durante eventos climáticos, especialmente comunidades rurais.
- Planejar estratégias de vacinação extramuros para áreas vulneráveis ou com dificuldade de acesso, quando necessário.
- Intensificar a busca ativa de pessoas com esquemas vacinais incompletos, especialmente para difteria e tétano.
- Avaliar, conforme orientações do Ministério da Saúde e da SESA/ES, a necessidade de intensificação ou realização de estratégias específicas de vacinação diante do cenário de risco.
- Manter comunicação com a Vigilância Epidemiológica para acompanhamento dos agravos e definição de estratégias de vacinação quando indicadas.
- Manter contato com a SESA/ES para acompanhamento das orientações relacionadas à imunização e à Rede de Frio durante o evento climático.

FASE EMERGÊNCIA

- Manter, sempre que houver condições de segurança, a continuidade das atividades essenciais de imunização nas unidades de saúde.
- Avaliar imediatamente as condições das salas de vacina e dos equipamentos da Rede de Frio nas unidades atingidas pelo evento.
- Intensificar o monitoramento da temperatura das câmaras de conservação e demais equipamentos que armazenam imunobiológicos.
- Acionar imediatamente o plano de contingência da Rede de Frio em caso de interrupção de energia elétrica, falha de equipamento ou risco à conservação dos imunobiológicos.
- Transferir os imunobiológicos para equipamento ou unidade segura quando houver risco de comprometimento da Rede de Frio, seguindo os fluxos estabelecidos.
- Garantir caixas térmicas, bobinas reutilizáveis e demais recursos necessários ao acondicionamento e transporte seguro dos imunobiológicos.
- Registrar qualquer ocorrência de alteração de temperatura ou exposição dos imunobiológicos a condições inadequadas e comunicar aos responsáveis conforme fluxo estabelecido.
- Não utilizar imunobiológicos submetidos a condições inadequadas de conservação até avaliação e orientação técnica competente.
- Manter comunicação permanente com a SESA/ES diante de ocorrências que possam comprometer a conservação, disponibilidade ou utilização dos imunobiológicos.
- Realizar vacinação extramuros nas áreas afetadas quando houver indicação e condições operacionais seguras.
- Priorizar ações de vacinação em populações desalojadas, desabrigadas, isoladas ou com dificuldade de acesso aos serviços de saúde, conforme avaliação da situação e recomendações vigentes.
- Intensificar a avaliação da situação vacinal e a atualização dos esquemas de vacinação das pessoas atingidas pelo evento.
- Intensificar a busca ativa para atualização da vacinação contra difteria e tétano, conforme situação vacinal e indicações vigentes.
- Realizar vacinação contra hepatite A quando indicada pelas autoridades sanitárias, em ação articulada com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado da Saúde.

- Articular com a Vigilância Epidemiológica a identificação de situações ou agravos que indiquem necessidade de estratégias específicas de vacinação.
- Solicitar apoio técnico, imunobiológicos, insumos ou equipamentos à SESA/ES quando a capacidade municipal for insuficiente.
- Registrar as doses aplicadas e as ações de vacinação realizadas durante a emergência nos sistemas oficiais.
- Monitorar continuamente os estoques de vacinas, seringas, agulhas e demais insumos para evitar desabastecimento durante a resposta.
- Avaliar as condições das salas de vacina e dos equipamentos da Rede de Frio após o evento.
- Realizar manutenção ou substituição dos equipamentos danificados.
- Avaliar e registrar eventuais perdas de imunobiológicos e insumos decorrentes do evento.
- Recompôr os estoques de vacinas, seringas, agulhas, bobinas e demais insumos utilizados ou perdidos.
- Retomar integralmente as atividades de vacinação nas unidades afetadas.
- Intensificar a busca ativa das pessoas que tiveram vacinação adiada ou interrompida durante o evento.
- Avaliar as coberturas vacinais após a emergência e realizar estratégias de recuperação das coberturas quando necessário.
- Elaborar registro das ocorrências relacionadas à Rede de Frio e avaliar os pontos de melhoria do plano de contingência.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O Município de Alfredo Chaves possui 100% de cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), contando com 07 equipes de Saúde da Família, distribuídas entre a sede do município e a zona rural.

Na sede do município, estão localizadas as seguintes equipes:

- ESF Sede 1;
- ESF Sede 2;
- ESF Sede 3.

As três equipes atuam na Unidade de Saúde Maria da Penha Fonseca, unidade de maior porte do município, que dispõe de auditório climatizado, sala de espera e demais espaços assistenciais, podendo constituir importante estrutura de apoio para ações de prevenção, acolhimento, educação em saúde e resposta a situações de emergência relacionadas aos eventos climáticos.

Na zona rural, estão localizadas as outras quatro equipes:

- ESF Sagrada Família;
- ESF Iritimirim;
- ESF Urânia;
- ESF São João.

As equipes da zona rural são itinerantes e atuam em unidades de pequeno porte, atendendo comunidades distribuídas territorialmente, característica que deve ser considerada no planejamento das ações de enfrentamento do El Niño, especialmente quanto ao acesso, deslocamento das equipes, abastecimento de água, energia elétrica e continuidade da assistência.

Assim, a Atenção Primária do município está estruturada em 07 equipes de ESF, sendo 03 equipes na sede e 04 equipes na zona rural, com cobertura de 100% da população por ESF e ACS.

Distribuição:

SEDE – Unidade de Saúde Maria da Penha Fonseca

1. ESF Sede 1
2. ESF Sede 2
3. ESF Sede 3

ZONA RURAL

4. ESF Sagrada Família
5. ESF Iritimirim

- 6. ESF Urânia
- 7. ESF São João

FASE NORMALIDADE

1. Planejamento e preparação da rede

- Manter atualizado o planejamento da Atenção Primária para enfrentamento de eventos climáticos relacionados ao El Niño;
- Identificar os principais riscos e vulnerabilidades existentes nos territórios das 07 equipes;
- Manter atualizados os cadastros das famílias e indivíduos acompanhados pelas equipes;
- Identificar previamente usuários em situação de maior vulnerabilidade;
- Estabelecer fluxos de comunicação entre as equipes de ESF, Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância em Saúde, Defesa Civil e demais setores envolvidos;
- Definir profissionais responsáveis pela comunicação e pelo monitoramento durante eventual situação de alerta ou emergência.

2. Monitoramento da população

Os profissionais das equipes de ESF e os ACS deverão manter atenção especial às condições de saúde da população, com identificação precoce de situações que possam ser agravadas por eventos climáticos.

Deverão ser priorizados no acompanhamento:

- crianças;
- idosos;
- gestantes;

- pessoas com doenças crônicas;
- pessoas com deficiência;
- pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida;
- pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- famílias residentes em áreas rurais de difícil acesso.

3. Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde

Considerando a cobertura de 100% de ACS, os agentes deverão atuar como importante elo entre a população e os serviços de saúde, realizando durante as visitas domiciliares:

- orientações preventivas;
- identificação de situações de risco;
- acompanhamento das famílias vulneráveis;
- atualização dos cadastros;
- identificação de usuários que necessitem de acompanhamento prioritário;
- comunicação à equipe de situações que possam representar risco à saúde;
- divulgação das orientações oficiais da Secretaria Municipal de Saúde.

4. Educação em saúde

As equipes deverão realizar ações educativas junto à população, aproveitando as consultas, visitas domiciliares, grupos e atividades coletivas para orientar sobre:

- importância da hidratação;
- cuidados durante períodos de temperaturas elevadas;
- proteção contra exposição excessiva ao sol;
- cuidados com a água para consumo;

- conservação adequada dos alimentos;
- prevenção de doenças transmitidas por vetores;
- cuidados com crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas;
- reconhecimento de sinais e sintomas que indiquem necessidade de atendimento.

5. Preparação das unidades de saúde

As unidades deverão manter condições adequadas para garantir a continuidade da assistência, incluindo:

- verificação das condições de abastecimento de água;
- verificação das instalações elétricas;
- avaliação das condições de ventilação e climatização;
- manutenção dos equipamentos necessários ao atendimento;
- conferência dos materiais e insumos essenciais;
- organização dos espaços para eventual aumento da demanda.

A Unidade de Saúde Maria da Penha Fonseca, por ser uma unidade de maior porte e concentrar as ESF Sede 1, ESF Sede 2 e ESF Sede 3, contando ainda com sala de espera e auditório climatizado, deverá ser considerada no planejamento municipal como estrutura estratégica para apoio às ações de saúde em situações de alerta e emergência.

6. Preparação das unidades rurais

Considerando que as ESF Sagrada Família, ESF Iriritimirim, ESF Urânia e ESF São João atuam em unidades de pequeno porte e possuem caráter itinerante, deverão ser avaliadas previamente:

- condições de acesso às comunidades;
- disponibilidade de água;

- fornecimento de energia elétrica;
- condições de transporte das equipes;
- possibilidade de interrupção dos atendimentos;
- necessidade de remanejamento das equipes;
- existência de usuários que necessitem de acompanhamento contínuo.

7. Vigilância em Saúde

A Atenção Primária deverá manter articulação permanente com a Vigilância em Saúde para:

- acompanhar os agravos relacionados às condições climáticas;
- identificar alterações no perfil epidemiológico da população;
- monitorar doenças transmitidas por vetores;
- acompanhar doenças relacionadas à qualidade da água e dos alimentos;
- compartilhar informações relevantes com as equipes de ESF;
- subsidiar a tomada de decisão em caso de mudança para a Fase de Alerta.

8. Resultado esperado na Fase de Normalidade

Ao final da Fase de Normalidade, o município deverá possuir suas 07 equipes de ESF preparadas, profissionais orientados, população vulnerável identificada, fluxos de comunicação estabelecidos e unidades de saúde em condições de passar rapidamente para a Fase de Alerta, caso sejam identificados riscos ou impactos relacionados ao El Niño.

FASE ALERTA

1. Intensificação do monitoramento

As equipes deverão intensificar o acompanhamento da situação de saúde nos respectivos territórios, observando especialmente o surgimento ou aumento de:

- casos de desidratação;
- doenças relacionadas ao calor;
- agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias;
- doenças transmitidas por vetores;
- doenças relacionadas à água e aos alimentos;
- outros agravos que possam estar associados às condições climáticas.

As informações identificadas pelas equipes deverão ser comunicadas à Secretaria Municipal de Saúde e à Vigilância em Saúde, permitindo acompanhamento da situação e tomada oportuna de decisões.

2. Intensificação das ações dos ACS

Os Agentes Comunitários de Saúde, considerando a cobertura de 100% do território municipal, deverão intensificar as visitas domiciliares, priorizando pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Durante as visitas, deverão:

- orientar sobre hidratação e cuidados durante períodos de calor intenso;
- reforçar os cuidados com água para consumo;
- orientar sobre conservação e manipulação dos alimentos;
- identificar sinais de desidratação e outros agravos;
- verificar condições de saúde de idosos, crianças, gestantes e pessoas com doenças crônicas;

- identificar pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida;
- comunicar à equipe de referência qualquer situação que necessite de avaliação;
- divulgar as orientações oficiais da Secretaria Municipal de Saúde.

3. Atenção especial às áreas rurais

As equipes ESF Sagrada Família, ESF Iriritimirim, ESF Urânia e ESF São João, por atuarem em comunidades rurais e em unidades de pequeno porte, deverão intensificar o monitoramento das condições de acesso e da continuidade da assistência.

Deverão ser observados:

- condições das estradas e acessos às comunidades;
- possibilidade de deslocamento das equipes;
- disponibilidade de água nas unidades e comunidades;
- fornecimento de energia elétrica;
- necessidade de antecipação de atendimentos;
- usuários que necessitem de acompanhamento contínuo;
- necessidade de articulação com transporte sanitário ou outros setores municipais.

4. Organização das equipes da sede

As ESF Sede 1, ESF Sede 2 e ESF Sede 3, que atuam na Unidade de Saúde Maria da Penha Fonseca, deverão estar preparadas para eventual aumento da procura por atendimento.

A unidade deverá manter seus espaços organizados, incluindo sala de espera e auditório climatizado, que poderá ser utilizado, conforme necessidade e orientação da Secretaria Municipal de Saúde, para atividades coletivas, ações educativas, reuniões das equipes e apoio à organização da resposta.

5. Educação e comunicação em saúde

Durante a Fase de Alerta deverão ser ampliadas as ações de comunicação com a população, utilizando:

- visitas dos ACS;
- consultas e atendimentos nas unidades;
- grupos e atividades coletivas;
- cartazes e materiais educativos;
- canais oficiais de comunicação do município.

As orientações deverão ser apresentadas de maneira clara e acessível, reforçando principalmente a importância da hidratação, proteção contra o calor, cuidados com água e alimentos e procura dos serviços de saúde diante de sinais de agravamento.

6. Preparação para possível emergência

As equipes deverão revisar os fluxos estabelecidos na Fase de Normalidade e verificar a disponibilidade de:

- medicamentos e insumos essenciais;
- materiais para atendimento;
- equipamentos;
- água e energia elétrica nas unidades;
- meios de comunicação;
- transporte e possibilidade de deslocamento das equipes;
- contatos dos serviços de referência e emergência.

Deverá também ser mantida comunicação permanente entre Atenção Primária, Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil e demais setores envolvidos.

7. Critérios para evolução para a Fase de Emergência

A mudança para a Fase de Emergência deverá ser avaliada quando houver aumento significativo dos impactos sobre a saúde da população, interrupção ou comprometimento dos serviços de saúde, dificuldade de acesso às comunidades, aumento expressivo da demanda ou ocorrência de situações que exijam mobilização ampliada da rede municipal.

Resultado esperado da Fase de Alerta

Garantir que as 07 equipes de ESF estejam mobilizadas e preparadas, com monitoramento intensificado da população, especialmente dos grupos vulneráveis, mantendo a continuidade da assistência e permitindo resposta rápida e organizada caso a situação evolua para uma emergência.

FASE EMERGÊNCIA

1. Ativação da resposta da Atenção Primária

Com a declaração da Fase de Emergência, deverão ser intensificadas as ações das 07 equipes de ESF, com:

- reorganização das agendas conforme a necessidade do território;
- priorização dos atendimentos de maior risco;
- manutenção do acompanhamento dos usuários com condições crônicas;
- identificação e acompanhamento de pessoas afetadas pelo evento;
- realização de busca ativa quando necessária;
- monitoramento diário da situação de saúde;
- comunicação imediata de situações graves à Secretaria Municipal de Saúde;
- articulação com os serviços de referência para encaminhamento dos casos que necessitem de atendimento de maior complexidade.

2. Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde

Os ACS deverão intensificar a presença nos territórios, dentro das condições de segurança e acesso, priorizando:

- idosos;
- crianças;
- gestantes;
- pessoas com doenças crônicas;
- pessoas com deficiência;
- pessoas acamadas ou com mobilidade reduzida;
- famílias em situação de vulnerabilidade;
- pessoas que necessitem de medicamentos ou acompanhamento contínuo.

Durante as visitas, deverão identificar e comunicar à equipe situações como:

- sinais de desidratação;
- agravamento de doenças preexistentes;
- febre ou outros sinais de doença;
- dificuldades de acesso aos serviços;
- falta de água;
- comprometimento das condições de moradia;
- necessidade de atendimento ou encaminhamento.

3. Organização das equipes da sede

As ESF Sede 1, ESF Sede 2 e ESF Sede 3, que atuam na Unidade de Saúde Maria da Penha Fonseca, deverão atuar de forma integrada para atender eventual aumento da demanda.

A unidade, por possuir estrutura física de maior porte, sala de espera e auditório climatizado, poderá ser utilizada como estrutura estratégica de apoio às ações municipais, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Saúde.

O auditório poderá ser utilizado para:

- reuniões das equipes;
- organização das ações de emergência;
- atividades de educação em saúde;
- ações coletivas;
- apoio ao acolhimento e organização dos usuários, quando necessário;
- outras atividades definidas pela gestão.

4. Atendimento nas áreas rurais

As equipes ESF Sagrada Família, ESF Iritimirim, ESF Urânia e ESF São João deverão manter acompanhamento contínuo das comunidades rurais, considerando que são equipes itinerantes e atuam em unidades de pequeno porte.

Deverão ser monitorados:

- condições de acesso às comunidades;
- possibilidade de deslocamento das equipes;
- interrupção de estradas ou vias de acesso;
- abastecimento de água;
- fornecimento de energia elétrica;
- funcionamento das unidades;
- necessidade de transporte de usuários;
- necessidade de deslocamento ou remanejamento das equipes.

Quando houver impossibilidade de acesso a determinada comunidade, deverão ser avaliadas estratégias alternativas para garantir a continuidade da assistência, em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e demais setores municipais.

5. Vigilância dos agravos

Durante a emergência deverá ser intensificada a vigilância dos agravos potencialmente relacionados às condições climáticas, incluindo:

- doenças relacionadas ao calor;
- desidratação;
- doenças respiratórias;
- doenças cardiovasculares;
- doenças transmitidas por vetores;
- doenças relacionadas à água e aos alimentos;
- outros agravos identificados pelas equipes.

As informações deverão ser registradas, consolidadas e comunicadas à Vigilância em Saúde, permitindo o acompanhamento da evolução do cenário.

6. Medicamentos e insumos

A Secretaria Municipal de Saúde deverá monitorar a disponibilidade de:

- medicamentos essenciais;
- materiais médico-hospitalares;
- materiais para curativos;
- equipamentos de proteção individual;
- água potável;
- materiais de higiene;

- demais insumos necessários à manutenção dos atendimentos.

Deverá ser realizada avaliação periódica dos estoques, com reposição conforme o aumento da demanda.

7. Educação e orientação da população

Mesmo durante a emergência, as equipes deverão manter ações de orientação à população, reforçando:

- ingestão adequada de água;
- proteção contra exposição excessiva ao calor;
- cuidados especiais com crianças e idosos;
- cuidados com alimentos e água para consumo;
- prevenção de doenças transmitidas por vetores;
- importância da procura pelos serviços de saúde diante de sinais de agravamento;
- utilização adequada dos serviços de saúde.

As informações deverão ser divulgadas pelos ACS, equipes de ESF e canais oficiais da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde.

8. Articulação intersetorial

A Atenção Primária deverá manter comunicação permanente com:

- Secretaria Municipal de Saúde;
- Vigilância em Saúde;
- Defesa Civil;
- Secretaria de Assistência Social;
- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

- Secretaria de Agricultura, quando necessário;
- transporte sanitário;
- serviços de urgência e emergência;
- demais setores envolvidos na resposta municipal.

Essa articulação deverá possibilitar uma resposta integrada às necessidades da população.

9. Continuidade da assistência

Mesmo em situação de emergência, deverá ser buscada a manutenção dos serviços essenciais da Atenção Primária, especialmente para usuários que necessitam de acompanhamento contínuo.

Quando houver necessidade de suspensão, alteração ou deslocamento de atividades, a gestão deverá avaliar alternativas para garantir a continuidade do cuidado e comunicar previamente a população sempre que possível.

10. Encerramento da Fase de Emergência

A saída da Fase de Emergência deverá ocorrer após avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a redução dos impactos do evento climático, a normalização das condições de acesso e funcionamento dos serviços e a redução dos agravos relacionados ao evento.

Após o encerramento, deverá ser realizada avaliação das ações executadas, identificando dificuldades encontradas, resultados alcançados, necessidades de melhoria e medidas que deverão ser incorporadas ao planejamento das próximas situações de emergência.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

FASE NORMALIDADE

- Realizar levantamento de estoques dos medicamentos, insumos e materiais estratégicos disponíveis;
- Monitorar os estoques de medicamentos e insumos, identificando a necessidade de reposição;
- Avaliar as condições físicas da Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), farmácias e almoxarifados, identificando riscos de infiltração, alagamento e danos estruturais;
- Verificar as condições de armazenamento, temperatura, umidade, refrigeração e conservação dos medicamentos;
- Manter atualizado o controle de validade;
- Identificar medicamentos termolábeis e garantir a disponibilidade de equipamentos e alternativas para conservação em caso de falta de energia;
- Elaborar e atualizar a relação de medicamentos e insumos prioritários para situações de emergência;
- Manter atualizado contatos de fornecedores e setores responsáveis pelo abastecimento de medicamentos e insumos.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento dos estoques de medicamentos e insumos essenciais diante da possibilidade de eventos climáticos;
- Avaliar a necessidade de ampliação preventiva dos estoques e antecipação de pedidos dos itens prioritários;
- Inspeccionar as instalações da CAF e das farmácias, protegendo os medicamentos contra infiltrações, alagamentos e danos estruturais;
- Intensificar a verificação de condições de armazenamento diante da previsão de temperaturas elevadas;
- Revisar o procedimento de contingência para interrupção de energia elétrica, como a disponibilidades de caixas térmicas apropriadas para produtos termolábeis;

- Preparar plano de transferência de medicamentos e insumos para locais seguros, caso haja risco de inundação ou comprometimento das instalações;
- Articular com o setor de compras e gestão municipal a reposição antecipada de medicamentos e insumos estratégicos, quando necessário;
- Preparar equipe e recursos necessários para garantir a continuidade da assistência farmacêutica;
- Comunicar com as unidades de saúde e pronto atendimento o uso racional dos estoques;
- Identificar as possíveis dificuldades de abastecimento de medicamentos para as unidades de saúde nas comunidades rurais e priorizar abastecimento em áreas vulneráveis ou com possível isolamento;
- Reforçar a comunicação entre os setores: APS – Pronto Socorro para identificar possíveis aumento das demandas por medicamentos e insumos;
- Atualizar os contatos de emergência e os responsáveis pelas decisões operacionais;
- Manter contato com a SESA/ES para acompanhamento de orientações e eventual necessidade de apoio ao abastecimento.

FASE EMERGÊNCIA

- Acionar o protocolo de contingência da Assistência Farmacêutica, conforme gravidade do evento climático;
- Garantir a continuidade da dispensação de medicamentos e insumos dentro das condições operacionais e de segurança, com prioridade as unidades de saúde e pronto atendimento/ emergência;
- Intensificar, diariamente, o controle e monitorização dos estoques;
- Realizar o remanejamento de medicamentos entre as unidades, quando necessário;
- Transferir medicamentos e insumos para locais seguros quando houver risco à integridade dos produtos, das instalações e danos a estrutura física;
- Avaliar imediatamente as condições de armazenamento e conservação dos medicamentos nos locais atingidos por enchentes, alagamentos ou interrupção de energia elétrica;



- Avaliar excursões de temperatura dos medicamentos termolábeis conforme os registros, as orientações do fabricante e os procedimentos sanitários aplicáveis, sem liberar produtos sem avaliação.
- Avaliar e registrar possíveis perdas de medicamentos por enchentes, umidade, calor excessivo, falha de refrigeração ou outras situações que comprometam a qualidade;
- Comunicar à gestão municipal os riscos de desabastecimento, as perdas identificadas e as necessidades de reposição emergencial;
- Acionar fornecedores alternativos e solicitar apoio logístico ou suprimentos adicionais à gestão municipal e, quando necessário, a outras esferas do SUS;
- Registrar as ações executadas, as dificuldades encontradas, as perdas e as medidas adotadas para posterior avaliação e prestação de contas;
- Orientar a população sobre o funcionamento dos pontos de dispensação, os locais alternativos de atendimento e os procedimentos para acesso aos medicamentos;
- Manter comunicação entre Secretaria municipal de saúde, APS, pronto atendimento, vigilância epidemiológica e demais setores envolvidos;
- Realizar e registrar o levantamento de todos os medicamentos e insumos distribuídos, perdas, demandas atendidas, e recursos utilizados durante o período emergencial;
- Avaliar as condições estruturais e operacionais da farmácia municipal, CAF e demais locais de armazenamento e distribuição de medicamentos e insumos, após o evento;
- Providenciar reposição dos estoques de medicamentos e insumos;
- Restabelecer as condições adequadas de armazenamento e conservação, assim como locais de atendimento ao paciente.

CENTRAL DE REGULAÇÃO

FASE NORMALIDADE

- Manter acompanhamento do funcionamento das unidades de saúde, dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e dos serviços de referência utilizados pelo município.
- Monitorar a capacidade de atendimento da rede municipal e identificar possíveis fragilidades nos fluxos assistenciais.
- Manter atualizadas as informações sobre os serviços de referência regionais e estaduais e os respectivos fluxos de acesso.
- Acompanhar a disponibilidade do transporte sanitário municipal e as condições habituais de acesso aos serviços de saúde.
- Manter articulação com a Secretaria Municipal de Saúde, Atenção Primária à Saúde, Pronto Atendimento, Transporte Sanitário e demais setores envolvidos.
- Identificar usuários que necessitem de acompanhamento contínuo, transporte sanitário ou atendimento especializado, visando reduzir o risco de interrupção da assistência.
- Manter organizados os fluxos de encaminhamento, redirecionamento e acesso aos serviços municipais, regionais e estaduais.
- Manter atualizados os contatos dos serviços de referência, da Superintendência Regional de Saúde, da SESA/ES e dos demais pontos da rede assistencial.
- Identificar fragilidades na organização do acesso e propor melhorias nos fluxos de regulação para situações de eventos climáticos.
- Manter procedimentos de registro e comunicação de alterações no funcionamento da rede de saúde.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento do funcionamento das unidades de saúde, da capacidade de atendimento e dos serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.

- Acompanhar os alertas meteorológicos e as informações da Defesa Civil, avaliando possíveis impactos sobre o acesso da população aos serviços de saúde.
- Verificar possíveis restrições nas vias de acesso às unidades municipais e aos serviços de referência regionais e estaduais.
- Reforçar a comunicação com a gestão da Secretaria Municipal de Saúde e os responsáveis pelos serviços para atualização das condições de funcionamento da rede.
- Verificar, em conjunto com o Transporte Sanitário Municipal, a disponibilidade de veículos e possíveis alterações nas rotas habituais.
- Identificar pacientes em tratamentos contínuos, gestantes e puérperas, pacientes em acompanhamento especializado e demais usuários vulneráveis que possam ser prejudicados por interrupções na assistência.
- Avaliar a necessidade de priorização, reagendamento ou reorganização de consultas, exames e procedimentos programados, conforme a evolução do evento.
- Verificar alternativas de atendimento e possibilidades de redirecionamento dos pacientes para outros serviços da rede municipal, regional ou estadual.
- Reforçar a articulação com a Superintendência Regional de Saúde, a SESA/ES e os serviços de referência para obter informações sobre possíveis alterações no funcionamento e nos fluxos assistenciais.
- Manter os setores envolvidos informados sobre riscos de interrupção do acesso, dificuldades de deslocamento e necessidade de reorganização dos atendimentos.
- Preparar os mecanismos de registro e comunicação das alterações que possam comprometer a continuidade do cuidado.

FASE EMERGÊNCIA

- Monitorar continuamente o funcionamento das unidades de saúde, a capacidade de atendimento, os serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e os serviços de referência, identificando interrupções ou restrições.
- Comunicar imediatamente à gestão da Secretaria Municipal de Saúde as alterações que comprometam o acesso da população e a continuidade da assistência.

- Reorganizar os fluxos assistenciais diante da interrupção ou redução da capacidade de funcionamento de unidades e serviços.
- Redirecionar os pacientes para serviços alternativos da rede municipal, regional ou estadual, considerando a condição clínica, a prioridade assistencial, a disponibilidade de atendimento e as condições de acesso.
- Articular com o Transporte Sanitário Municipal a adequação das rotas e alternativas de deslocamento diante de interdições de estradas, alagamentos, deslizamentos ou outras dificuldades de acesso.
- Comunicar à gestão as situações de comprometimento do transporte sanitário e, quando necessário, articular alternativas com a Defesa Civil e os demais órgãos responsáveis pela mobilidade.
- Identificar e priorizar usuários com risco de descontinuidade do cuidado, incluindo pacientes em tratamentos contínuos, gestantes, puérperas e pessoas em situação de maior vulnerabilidade.
- Apoiar o reagendamento, a priorização e o redirecionamento de consultas, exames e procedimentos suspensos ou prejudicados pelo evento climático.
- Intensificar a articulação com a Superintendência Regional de Saúde, a SESA/ES e os serviços de referência para reorganização dos fluxos e identificação de alternativas assistenciais.
- Manter integração com a Atenção Primária à Saúde, o Pronto Atendimento, a Vigilância em Saúde, a Assistência Social, o SAMU 192 e a Defesa Civil, conforme as necessidades identificadas.
- Nos casos de urgência e emergência, respeitar os fluxos assistenciais estabelecidos, com avaliação pelas equipes responsáveis e acionamento do SAMU 192 quando indicado.
- Registrar as unidades com funcionamento comprometido, as restrições de transporte, os serviços indisponíveis, os pacientes redirecionados e os atendimentos que necessitem de reagendamento.
- Avaliar e comunicar à gestão a necessidade de apoio da rede regional, estadual ou de outros níveis de gestão, conforme a gravidade dos impactos e a capacidade de resposta municipal.

SAÚDE MENTAL

FASE NORMALIDADE

- Identificar e manter atualizada a relação de usuários em acompanhamento em saúde mental e de pessoas ou grupos com maior vulnerabilidade diante de eventos climáticos extremos, em articulação com a Atenção Primária à Saúde, Assistência Social e demais setores.
- Manter os fluxos de acolhimento, acompanhamento, encaminhamento e continuidade do cuidado em saúde mental, incluindo usuários com sofrimento psíquico, transtornos mentais persistentes e necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.
- Desenvolver ações de promoção e prevenção em saúde mental, com orientações sobre manejo do estresse, sono, rotina, apoio social, estratégias de enfrentamento e procura oportuna pelos serviços de saúde.
- Capacitar e orientar as equipes da rede para reconhecer sinais de sofrimento psíquico, reações agudas ao estresse, agravamento de quadros preexistentes e situações que demandem avaliação especializada.
- Manter atualizados os contatos e fluxos de referência para situações de crise, incluindo Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Pronto Atendimento, assistência social e demais pontos da rede.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento de sinais de ansiedade, estresse, alterações do sono, sofrimento emocional, luto, medo e agravamento de transtornos mentais entre pessoas expostas ou afetadas pelo evento climático.
- Priorizar o acompanhamento de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais preexistentes, usuários em crise e demais grupos identificados como vulneráveis.
- Preparar as equipes para oferta de acolhimento, escuta qualificada e primeiros cuidados psicológicos às pessoas afetadas, especialmente em unidades de saúde, abrigos e pontos de apoio.



- Reforçar a continuidade dos atendimentos e do acesso aos medicamentos de uso contínuo em saúde mental, adotando alternativas de atendimento ou remanejamento quando houver comprometimento da unidade de referência.
- Fortalecer a comunicação com Defesa Civil, Assistência Social, Educação, Atenção Primária e demais setores, garantindo orientação à população sobre os serviços disponíveis e os fluxos de cuidado.

FASE EMERGÊNCIA

- Ativar e mobilizar a equipe de saúde mental conforme a necessidade do território, priorizando acolhimento e escuta qualificada das pessoas diretamente afetadas pelo desastre.
- Realizar primeiros cuidados psicológicos e apoio psicossocial em abrigos, unidades de saúde e áreas atingidas, respeitando as necessidades individuais, familiares e comunitárias.
- Avaliar situações de crise e sinais de risco de autoagressão ou suicídio, violência, desorganização psíquica ou agravamento importante de transtornos mentais, providenciando encaminhamento imediato para atendimento de maior complexidade quando indicado.
- Garantir a continuidade do cuidado dos usuários já acompanhados pela rede, incluindo busca ativa quando necessária e articulação para manutenção de medicamentos e atendimentos essenciais.
- Após o evento, realizar acompanhamento das pessoas afetadas, identificando sofrimento persistente, luto complicado, agravamento de transtornos preexistentes ou outras necessidades de cuidado e encaminhando para seguimento na rede.

FINANCEIRO E COMPRAS

FASE NORMALIDADE

- Realizar levantamento das necessidades de materiais, equipamentos e serviços essenciais para atendimento em emergências.



- Verificar, junto aos setores competentes, a disponibilidade orçamentária e financeira para eventuais contratações emergenciais.
- Manter atualizadas as informações referentes aos contratos e atas de registro de preços vigentes.
- Identificar fornecedores e prestadores de serviços que possam atender às demandas emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde.

FASE ALERTA

- Intensificar o acompanhamento das demandas administrativas e financeiras das unidades de saúde.
- Verificar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para atendimento às necessidades prioritárias.
- Articular com os setores responsáveis a possibilidade de aquisição de materiais e contratação de serviços essenciais.
- Priorizar a tramitação dos processos administrativos relacionados à preparação das unidades de saúde para possíveis desastres.

FASE EMERGÊNCIA

- Priorizar o atendimento às solicitações emergenciais encaminhadas pelas unidades de saúde e autorizadas pela gestão.
- Adotar, junto aos setores competentes, as providências administrativas necessárias às aquisições e contratações emergenciais, observando a legislação vigente.
- Articular com os setores financeiro, contábil e de compras a disponibilização e execução dos recursos necessários às ações de enfrentamento.
- Acompanhar os processos de aquisição e contratação emergencial, garantindo agilidade, registro documental e transparência.
- Apoiar a organização da documentação necessária à prestação de contas dos recursos utilizados durante a emergência.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA

FASE NORMALIDADE

- Manter a oferta regular dos atendimentos e procedimentos da Atenção Especializada, observando a capacidade operacional e a disponibilidade de profissionais, equipamentos, insumos e estrutura física.
- Manter atualizados os fluxos de encaminhamento, regulação e retorno dos usuários entre a Atenção Primária à Saúde, a Atenção Especializada, Pronto Atendimento e Regulação Municipal.
- Manter atualizados os contatos dos profissionais responsáveis, serviços de referência, Regulação Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e demais setores envolvidos na resposta a situações de emergência.
- Monitorar a demanda por consultas, exames e procedimentos especializados, juntamente com a regulação municipal, identificando possíveis alterações relacionadas às condições climáticas e aos agravos previstos no plano.
- Identificar previamente usuários e grupos que necessitem de acompanhamento especializado contínuo e que possam apresentar maior vulnerabilidade diante de eventos climáticos extremos.
- Manter em condições adequadas de funcionamento os equipamentos, materiais, mobiliários e demais recursos necessários à realização dos atendimentos especializados.
- Manter estoque adequado de materiais médico-hospitalares, equipamentos de proteção individual e demais insumos necessários à continuidade dos serviços.
- Manter atualizados os procedimentos para contingência, remanejamento e continuidade dos atendimentos em situações de interrupção ou comprometimento do funcionamento da unidade.
- Manter a organização dos registros dos atendimentos realizados, procedimentos, encaminhamentos e demais informações necessárias ao monitoramento da assistência.

FASE ALERTA

- Avaliar diariamente os alertas meteorológicos e as condições de acesso à Policlínica, especialmente diante da possibilidade de chuvas intensas,

- alagamentos, deslizamentos, interrupção de vias ou outros eventos que possam comprometer o deslocamento de usuários e profissionais.
- Intensificar o monitoramento da demanda por consultas, exames e procedimentos especializados, identificando aumento relacionado a agravos decorrentes do evento climático.
 - Conferir os estoques de materiais, insumos, equipamentos de proteção individual e demais recursos necessários à manutenção dos atendimentos.
 - Verificar as condições de funcionamento dos equipamentos e da estrutura física da unidade, comunicando à gestão qualquer situação que possa comprometer a segurança dos usuários ou profissionais.
 - Revisar os fluxos de encaminhamento e comunicação com a Atenção Primária à Saúde, Pronto Atendimento, Central de Regulação e demais serviços da rede.
 - Avaliar previamente a necessidade de remanejamento, suspensão ou reorganização de agendas, consultas e procedimentos, conforme as condições de segurança e acesso à unidade.
 - Priorizar o acompanhamento e a comunicação com usuários em situação de maior vulnerabilidade ou que estejam em acompanhamento especializado contínuo, quando houver risco de interrupção da assistência.
 - Orientar as equipes quanto aos fluxos de comunicação, encaminhamento e continuidade da assistência diante de eventual agravamento do cenário.
 - Manter comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde e demais setores envolvidos, informando alterações na capacidade de atendimento ou necessidades identificadas.
 - Preparar a equipe para rápida mobilização e reorganização dos serviços caso o evento climático evolua para situação de emergência.
 - Programar para paralisação do atendimento especializado, caso o pronto atendimento municipal fique em condições de alagamento, a fim de ceder o espaço físico para o atendimento em urgência e emergência do município.

FASE EMERGÊNCIA

- Avaliar imediatamente as condições de segurança e funcionamento da Policlínica diante de ocorrência de evento climático que possa afetar a unidade, seus profissionais, usuários, equipamentos ou estrutura física.



- Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde qualquer dano, interrupção ou comprometimento da capacidade de funcionamento da unidade.
- Manter, sempre que houver condições de segurança, os atendimentos e procedimentos essenciais, priorizando usuários em situação de maior vulnerabilidade e aqueles cuja interrupção da assistência possa resultar em prejuízo à saúde.
- Suspende, remanejar ou reorganizar atendimentos, consultas e procedimentos quando houver risco à segurança de usuários ou profissionais ou impossibilidade de funcionamento adequado da unidade.
- Articular com a Atenção Primária à Saúde, Pronto Atendimento e Central de Regulação os encaminhamentos e alternativas assistenciais necessárias aos usuários afetados pela interrupção ou alteração dos serviços especializados.
- Realizar o remanejamento de usuários para outros serviços da rede, quando necessário e conforme disponibilidade e orientação da gestão.
- Manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Saúde e os demais setores envolvidos na resposta ao evento.
- Preservar, sempre que possível, medicamentos, materiais, equipamentos, documentos e demais recursos assistenciais diante de situações de alagamento, infiltração, interrupção de energia elétrica ou outros danos à estrutura.
- Registrar os atendimentos realizados, serviços interrompidos, usuários afetados, encaminhamentos efetuados, danos identificados e recursos necessários durante a emergência.
- Solicitar à gestão os recursos humanos, materiais, equipamentos e demais insumos necessários para manutenção ou restabelecimento da assistência especializada.
- Apoiar as ações da Rede de Atenção à Saúde relacionadas ao atendimento da população afetada pelo evento climático, conforme a capacidade operacional da unidade.
- Após a redução dos riscos, avaliar as condições da estrutura física, equipamentos, materiais e insumos da Policlínica antes da retomada integral das atividades.
- Retomar gradualmente os atendimentos e procedimentos especializados após avaliação das condições de segurança e capacidade operacional da unidade.



- Avaliar os impactos do evento sobre os serviços da Atenção Especializada, registrando dificuldades, perdas, interrupções e necessidades identificadas, contribuindo para a revisão dos fluxos e do Plano Municipal.
- Paralisar o atendimento especializado, a fim de ceder o espaço físico ao pronto atendimento municipal, em caso de alagamento, priorizando assim o atendimento em urgência e emergência no município.

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

FASE NORMALIDADE

- Manter a programação regular dos transportes sanitários;
- Realizar inspeções preventivas e acompanhar as condições mecânicas e de segurança dos veículos;
- Monitorar os boletins meteorológicos e os comunicados oficiais;
- Atualizar os itinerários, os contatos dos motoristas e as informações sobre os pontos críticos das rotas;
- Controlar o consumo de combustível, a quilometragem, as manutenções e a disponibilidade dos veículos;
- Manter atualizada a relação dos pacientes com deslocamentos programados, observadas as regras de sigilo e proteção de dados pessoais;
- Promover orientações aos motoristas quanto à condução segura e aos procedimentos aplicáveis em condições climáticas adversas.

FASE ALERTA

- Intensificar o acompanhamento dos alertas meteorológicos e das condições das rotas;
- Realizar avaliação preventiva dos trajetos programados, especialmente nas comunidades rurais e nos trechos reconhecidamente vulneráveis;
- Reforçar a inspeção dos veículos e verificar a necessidade de antecipar manutenções preventivas;
- Identificar rotas alternativas seguras e viáveis, quando existentes;
- Revisar a programação das viagens, priorizando os atendimentos cuja interrupção possa causar prejuízo clínico relevante;

- Manter contato com as unidades solicitantes para confirmar horários, necessidades dos pacientes e possibilidade de reprogramação;
- Informar à Secretaria Municipal de Saúde as situações que possam comprometer a continuidade dos serviços;
- Verificar a disponibilidade de veículos substitutos, quando existentes, e avaliar a necessidade de apoio administrativo;
- Registrar os alertas, os trechos de risco, as medidas preventivas e as alterações realizadas;
- Preparar os procedimentos de contingência para eventual agravamento do cenário.

FASE EMERGÊNCIA

- Comunicar imediatamente a ocorrência à Secretaria Municipal de Saúde e aos órgãos competentes, conforme a natureza do evento;
- Suspende, desviar ou reprogramar os deslocamentos nas vias interditadas ou consideradas inseguras, mediante justificativa registrada;
- Preservar a segurança de pacientes, acompanhantes, motoristas e demais servidores, vedando a realização de trajetos que ofereçam risco incompatível com a operação segura;
- Acionar os serviços de urgência e emergência apropriados quando houver necessidade de atendimento imediato, sem utilizar veículos comuns de transporte sanitário em substituição aos recursos assistenciais adequados;
- Identificar os pacientes com atendimentos inadiáveis ou com risco clínico decorrente da interrupção do transporte e articular alternativas com as equipes assistenciais;
- Reorganizar os recursos disponíveis e solicitar apoio de outros setores municipais, quando necessário e autorizado;
- Comunicar aos pacientes e às unidades solicitantes as alterações, os cancelamentos justificados e as possibilidades de remarcação;
- Monitorar continuamente as condições das vias, a disponibilidade dos veículos e a evolução do evento;
- Manter registro das decisões, dos deslocamentos afetados, dos pacientes reprogramados, das providências adotadas e das justificativas para eventuais interrupções;
- Elaborar relatório da ocorrência após o restabelecimento das condições operacionais, identificando os impactos, as medidas executadas e as necessidades de melhoria.

CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES

FASE NORMALIDADE

Preparar e prevenir antes da elevação do Benevente.

- Realização de ações de educação na saúde e de educação em saúde.
- Identificar e mapear áreas com histórico de alagamento e condições favoráveis à presença de roedores.
- Manter ações preventivas e orientações sobre leptospirose, inclusive via rádio, internet e redes sociais.
- Definir o fluxo de comunicação com Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica e Defesa Civil.
- Monitorar situações envolvendo animais silvestres que possam gerar risco à saúde pública.

FASE ALERTA

Intensificar a preparação diante da previsão de inundação.

- Acompanhar os alertas oficiais e as informações sobre o nível do rio.
- Intensificar orientações sobre água e lama potencialmente contaminadas e prevenção da leptospirose nos principais meios de comunicação.
- Avaliar os registros de roedores e priorizar áreas com risco sanitário relevante.
- Comunicar à Vigilância Epidemiológica alterações relevantes nas notificações de agravos.
- Avaliar ocorrências envolvendo fauna silvestre deslocada.

FASE EMERGÊNCIA

Responder aos riscos sanitários durante e após a inundação.

- Atuar conforme as condições de segurança das equipes e a capacidade operacional disponível.
- Priorizar a avaliação dos riscos de leptospirose e o controle de roedores onde houver indicação técnica.
- Orientar a população sobre exposição à água e à lama de enchentes e sobre animais peçonhentos de maneira mais intensa.

- Articular a investigação de casos suspeitos com a Vigilância Epidemiológica.
- Após a vazante, avaliar as condições sanitárias dos locais atingidos e ajustar as medidas de prevenção.

CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - CTA

FASE DE NORMALIDADE

- Manter atualizado o cadastro e os registros dos usuários atendidos pelo CTA.
- Garantir a disponibilidade de testes rápidos e demais insumos necessários aos atendimentos.
- Conferir periodicamente o estoque de testes, insumos, EPIs e materiais de uso diário.
- Verificar as condições adequadas de armazenamento e conservação dos testes e insumos.
- Monitorar as condições de temperatura e umidade dos locais de armazenamento.
- Manter organizados e atualizados os registros dos atendimentos e resultados dos testes.
- Realizar regularmente as atividades de testagem, aconselhamento e encaminhamento dos usuários.
- Manter atualizados os fluxos de encaminhamento para os serviços de referência.
- Orientar os usuários sobre prevenção, diagnóstico e tratamento das ISTs, HIV, hepatites virais e outras condições contempladas pelo serviço.
- Garantir a disponibilidade de materiais educativos e informativos para os usuários.
- Manter os equipamentos e materiais utilizados nos atendimentos em condições adequadas de funcionamento.
- Identificar previamente materiais e equipamentos que precisam ser protegidos em situações de chuvas intensas, alagamentos ou temperaturas elevadas.
- Manter os contatos da equipe e dos serviços de referência atualizados.
- Orientar a equipe do CTA sobre os procedimentos a serem adotados em caso de alterações climáticas.
- Manter organizado o espaço físico do CTA, evitando o armazenamento de materiais em locais sujeitos a umidade ou alagamento.
- Realizar levantamento periódico das necessidades de testes, insumos e materiais para garantir a continuidade dos atendimentos.

- Manter os documentos e registros essenciais protegidos contra danos causados por água, umidade ou calor excessivo.

FASE DE ALERTA

- Conferir o estoque de testes rápidos, preservativos, lubrificantes e demais materiais utilizados pelo CTA.
- Verificar se os pacientes em acompanhamento possuem medicamentos suficientes para evitar interrupções no tratamento.
- Manter, quando possível, os contatos dos pacientes atualizados.
- Informar e articular as ações com a Secretaria Municipal de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica e Defesa Civil.
- Definir um local ou fluxo alternativo de atendimento caso o CTA não possa funcionar normalmente.

FASE DE EMERGÊNCIA

Iniciada quando o evento climático estiver comprometendo ou puder comprometer diretamente a segurança das pessoas ou o funcionamento do serviço.

- Priorizar a segurança dos usuários e trabalhadores.
- Suspender temporariamente os atendimentos caso as condições ofereçam risco.
- Retirar as pessoas de áreas com risco de alagamento, desabamento ou outros perigos.
- Acionar a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros ou SAMU quando necessário.
- Evitar a circulação de pessoas em áreas alagadas ou estruturalmente comprometidas.
- Desligar equipamentos elétricos em áreas com risco de contato com água, quando isso puder ser feito com segurança.
- Proteger testes, insumos, documentos e equipamentos em locais seguros.
- Verificar e registrar possíveis perdas ou danos de materiais e equipamentos.
- Garantir a conservação adequada dos testes e insumos que permanecerem no serviço.

- Manter comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde e coordenação responsável.
- Informar a população sobre a suspensão ou alteração dos atendimentos.
- Encaminhar usuários para outros serviços de saúde quando necessário.
- Garantir a continuidade dos atendimentos prioritários por meio de serviços de referência.
- Registrar ocorrências, interrupções, danos materiais e atendimentos realizados durante a emergência.
- Não permitir o retorno ao local até que haja condições adequadas de segurança.
- Após a liberação do local, realizar avaliação da estrutura física e dos equipamentos.
- Verificar as condições dos testes e insumos antes de retomar sua utilização.
- Reorganizar a agenda para atender usuários que tiveram seus atendimentos cancelados.
- Realizar reunião com a equipe para avaliar as ações realizadas e identificar melhorias.
- Atualizar o plano de contingência com base nas dificuldades e ocorrências observadas.

VIGILÂNCIA DAS VIOLÊNCIAS E NÚCLEO DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA (NUPREVI)

FASE NORMALIDADE

- Manter o monitoramento rotineiro das notificações de violência interpessoal e autoprovocada registradas no sistema e-SUS/VS.
- Analisar periodicamente os dados epidemiológicos das violências, identificando os tipos de ocorrência, grupos populacionais e territórios de maior vulnerabilidade.
- Fortalecer as ações de prevenção das violências por meio do NUPREVI, em articulação com a rede municipal de proteção.
- Manter atualizados os fluxos de identificação, notificação, acolhimento e encaminhamento das pessoas em situação de violência.



- Orientar e capacitar os profissionais de saúde quanto à identificação, acolhimento e notificação compulsória das situações de violência.
- Promover ações educativas sobre prevenção das violências, direitos humanos, cultura de paz e proteção das populações vulneráveis.
- Manter articulação com a Atenção Primária à Saúde, Assistência Social, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Educação, Segurança Pública e demais instituições da rede de proteção.
- Identificar, em conjunto com os serviços da rede, populações e territórios com maior vulnerabilidade social e exposição a situações de violência.
- Participar do planejamento intersetorial das medidas de prevenção das violências nos abrigos temporários previstos para situações de emergência e desastres.
- Elaborar orientações e fluxos para identificação, notificação e encaminhamento de situações de violência nos abrigos temporários.
- Orientar as equipes responsáveis pelos abrigos sobre prevenção da violência física, psicológica, sexual, negligência e outras formas de violência, abrigos de mulheres e crianças separados.
- Planejar, em conjunto com a Defesa Civil e Assistência Social, estratégias de proteção para crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e demais grupos vulneráveis nos locais de acolhimento.
- Manter atualizados os contatos dos serviços de saúde, assistência social, segurança pública e demais órgãos que compõem a rede de proteção.
- Monitorar os indicadores de violência e registrar as ações desenvolvidas pelo NUPREVI.

FASE ALERTA

- Intensificar o monitoramento das notificações de violência interpessoal e autoprovocada diante da possibilidade de ocorrência de eventos climáticos extremos.
- Reforçar junto aos serviços de saúde a importância da identificação e notificação oportuna das situações de violência.

- Alertar a rede de proteção sobre a possibilidade de agravamento das vulnerabilidades sociais e ocorrência de situações de violência durante eventos climáticos extremos.
- Intensificar a articulação com a Assistência Social, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Defesa Civil e demais serviços responsáveis pela proteção das populações vulneráveis.
- Identificar, em conjunto com a rede de proteção, grupos e famílias que possam apresentar maior risco de exposição à violência em situações de deslocamento, isolamento ou acolhimento temporário.
- Reforçar os fluxos de acolhimento e encaminhamento das pessoas em situação de violência, considerando possíveis dificuldades de acesso aos serviços.
- Orientar as equipes responsáveis pelos abrigos temporários quanto à identificação de sinais de violência, negligência, abuso e exploração.
- Articular com a Assistência Social e a Defesa Civil medidas preventivas de segurança, privacidade e proteção das pessoas que poderão ser acolhidas nos abrigos.
- Orientar sobre a organização de espaços seguros e adequados para mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, respeitando as necessidades individuais e familiares.
- Reforçar orientações sobre iluminação, segurança, privacidade dos banheiros, áreas de banho e dormitórios dos abrigos temporários.
- Organizar, em conjunto com a rede de proteção, os fluxos de atendimento e encaminhamento de possíveis vítimas de violência identificadas nos abrigos.
- Reforçar a divulgação dos canais de denúncia, orientação e acesso aos serviços de proteção.
- Intensificar as ações de comunicação e educação em saúde sobre prevenção das violências, convivência respeitosa e proteção de grupos vulneráveis.
- Manter comunicação com a gestão municipal e os demais setores envolvidos na preparação e resposta aos eventos climáticos.
- Preparar os fluxos de comunicação e encaminhamento para resposta oportuna às situações de violência identificadas durante a emergência.

FASE EMERGÊNCIA

- Intensificar a vigilância das situações de violência interpessoal e autoprovocada nas áreas e populações afetadas pelo evento climático.
- Garantir, no âmbito dos serviços de saúde, a notificação compulsória das situações de violência identificadas, conforme as normas vigentes.
- Monitorar possíveis alterações na ocorrência e no perfil das notificações de violência durante o período de emergência.
- Articular com a Atenção Primária à Saúde, Pronto Atendimento, Assistência Social e demais serviços a identificação e o encaminhamento oportuno das pessoas em situação de violência.
- Reforçar a atenção às situações de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e outras populações vulneráveis.
- Articular com a Assistência Social, Defesa Civil e demais setores a implementação de medidas de prevenção das violências nos abrigos temporários.
- Realizar visitas técnicas aos abrigos, quando necessário e em condições seguras, para orientar as equipes sobre identificação e prevenção das situações de violência.
- Orientar os responsáveis pelos abrigos quanto à necessidade de garantir espaços seguros, privacidade, iluminação adequada e proteção das pessoas acolhidas, de preferência que mulheres e crianças fiquem separados..
- Reforçar medidas de prevenção da violência sexual, física, psicológica, negligência, assédio, discriminação e exploração nos locais de acolhimento.
- Orientar sobre a organização segura dos dormitórios, banheiros e áreas de banho, respeitando a privacidade, a acessibilidade e a preservação dos vínculos familiares.
- Recomendar aos responsáveis pelos abrigos medidas de identificação e controle de acesso, visando à segurança das pessoas acolhidas.
- Apoiar tecnicamente os profissionais e voluntários dos abrigos na identificação de sinais de violência, abuso, exploração, negligência ou abandono.



- Orientar os profissionais e voluntários quanto ao acolhimento humanizado, sigiloso e não discriminatório das pessoas em situação de violência, evitando exposição e revitimização.
- Articular o encaminhamento imediato das vítimas de violência sexual aos serviços de saúde de referência, garantindo acesso oportuno à assistência e às medidas de prevenção indicadas.
- Acionar o Conselho Tutelar e demais órgãos competentes diante de situações que envolvam violação dos direitos de crianças e adolescentes, conforme os fluxos legais e institucionais.
- Articular com CRAS, CREAS, Segurança Pública e demais serviços da rede de proteção o atendimento e acompanhamento das pessoas em situação de violência.
- Reforçar a divulgação dos canais de denúncia e dos serviços disponíveis, incluindo Disque 100, Ligue 180 e serviços locais de proteção.
- Promover ações educativas nos abrigos sobre convivência respeitosa, prevenção das violências, direitos humanos e cultura de paz.
- Articular com os serviços de saúde mental e atenção psicossocial o encaminhamento de pessoas que apresentem sofrimento psíquico ou risco de violência autoprovocada.
- Garantir o sigilo e a confidencialidade das informações pessoais e sensíveis registradas nas notificações e nos atendimentos.
- Comunicar aos órgãos competentes as situações que exijam medidas imediatas de proteção, observando os fluxos legais e institucionais.
- Manter comunicação permanente com a Secretaria Municipal de Saúde, Defesa Civil, Assistência Social e demais setores envolvidos na resposta à emergência.
- Solicitar apoio técnico à SESA/ES e aos órgãos competentes quando a capacidade municipal de resposta for insuficiente.
- Registrar as ações preventivas, notificações, orientações e articulações intersetoriais realizadas pelo NUPREVI durante o período de emergência, preservando o sigilo das informações.
- Monitorar as situações de violência e vulnerabilidade identificadas até a estabilização da emergência e a reorganização dos serviços de proteção.
- Manter o acompanhamento epidemiológico das notificações de violência após o evento climático.

- Analisar possíveis alterações no perfil das violências registradas antes, durante e após a emergência.
- Articular com a rede de proteção a continuidade do acompanhamento das pessoas em situação de violência identificadas durante o evento e nos abrigos temporários.
- Avaliar, em conjunto com os setores responsáveis, as situações de vulnerabilidade e os riscos de violência identificados nos locais de acolhimento.
- Fortalecer as ações de prevenção das violências nas comunidades afetadas, considerando as vulnerabilidades sociais decorrentes do desastre.
- Promover ações educativas sobre prevenção das violências, fortalecimento dos vínculos comunitários e cultura de paz.
- Participar de reuniões intersetoriais para avaliação das situações identificadas e das medidas de proteção adotadas.
- Elaborar relatório das ações desenvolvidas pelo NUPREVI, contemplando notificações, atividades preventivas, articulações e dificuldades identificadas, sem exposição de dados pessoais.
- Avaliar os fluxos de identificação, notificação, encaminhamento e articulação intersetorial utilizados durante a emergência.
- Contribuir para a revisão e atualização do Plano Municipal de Contingência, incorporando as necessidades identificadas durante o evento.

COMUNICAÇÃO DE RISCO

As mensagens públicas deverão ser simples, objetivas, territorializadas e alinhadas aos alertas oficiais. Recomenda-se comunicação específica para:

- Calor intenso: hidratação, redução de exposição nos horários mais quentes, atenção a idosos, crianças, gestantes e pessoas com doenças crônicas.
- Água: consumo de água segura, armazenamento adequado e comunicação imediata de alterações no abastecimento.
- Fumaça: reduzir exposição, manter ambientes protegidos e procurar atendimento diante de sinais respiratórios importantes.
- Arboviroses: eliminação de recipientes com água parada e procura da unidade de saúde diante de sinais de alerta.



- Temporais: evitar áreas alagadas, encostas e contato com água possivelmente contaminada.
- Saúde mental: orientar sobre acolhimento e serviços disponíveis.

INDICADORES MÍNIMOS DE MONITORAMENTO

- Temperatura e alertas meteorológicos oficiais.
- Disponibilidade e qualidade da água para consumo humano.
- Número de atendimentos por doenças relacionadas ao calor.
- Número de casos/notificações de dengue e demais arboviroses.
- Casos de doenças diarreicas e leptospirose.
- Atendimentos por síndromes respiratórias e agravos associados à fumaça.
- Acidentes por animais peçonhentos.
- Interrupções ou comprometimento de unidades e serviços de saúde.
- Estoque de medicamentos, vacinas, hipoclorito, EPIs e insumos estratégicos.
- Demandas e ocorrências em áreas rurais e localidades com dificuldade de acesso.

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

A execução do plano deverá ocorrer de forma integrada com Defesa Civil, SAAE, Meio Ambiente, Agricultura, Assistência Social, Educação, Obras, Serviços Urbanos, Comunicação e demais órgãos envolvidos. A Secretaria Municipal de Saúde deverá participar das estruturas municipais de coordenação quando ativadas e manter fluxo de informações com a Secretaria de Estado da Saúde.

ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO

A ativação das ações ocorrerá conforme as três fases definidas neste plano — Normalidade, Alerta e Emergência — e os alertas/avisos oficiais, considerando a avaliação municipal do risco e dos impactos sobre a população e os serviços de saúde.

A desativação ocorrerá de forma gradual após redução dos riscos e estabilização dos serviços, com registro das ações executadas, perdas, necessidades remanescentes e avaliação pós-evento.

A ativação e desativação deverá ser feito pela Secretária Municipal de Saúde.

RECUPERAÇÃO E AVALIAÇÃO PÓS-EVENTO

- Levantar danos à infraestrutura, equipamentos, estoques e serviços de saúde.
- Avaliar os agravos registrados e a evolução epidemiológica.
- Recompôr medicamentos, vacinas, insumos e equipamentos perdidos.
- Realizar ações de vigilância pós-evento em água, vetores, alimentos e saúde do trabalhador.
- Reavaliar grupos vulneráveis e necessidades de acompanhamento psicossocial.
- Registrar lições aprendidas e revisar o plano para os eventos futuros.

LISTA DE CONTATOS

Setor	Responsável	Contato
Secretária de Saúde	Tais Uliana Teixeira	(27) 99850-9734
Vigilância Ambiental	Gabriel Dalmagro Ferrarini	(27) 99766-0998
Vigilância Sanitária	Rayssa Alves Ewald	(27) 99895-8383
Vigilância Epidemiológica	Cintia Thomas Lepaus	(27) 99844-9148
APS	Fabio Liptik	(27) 98150-6905
Pronto Atendimento	Diana Mascoli	(27) 99801-7404
Transporte Sanitário	Marcia Francisco	(27) 99783-9682
Saúde Mental	Milena Rosa	(27) 99889-5772
Farmácia	Angélica Bonella	(27) 99997-2865
Atenção Especializada	Karoline	(27) 99876-7685
Finanças	Guiomar	(27) 99867-9015
Regulação	Flavia Mariano	(27) 99823-0027
Estratégia Cajá	Janaina Apolinario	(27) 99720-7877
Centro de Testagem e Aconselhamento	Poliana	(27) 99634-6062
Imunização	Walquiria Parteli	(27) 99623-5650



Apoio Administrativo	Poliane Teixeira	(27) 9869-4177
Centro de Controle de Zoonoses	Paulo Cesar Nunes Pereira Do Rego	(27) 99910-2599

REFERÊNCIAS TÉCNICAS

Plano de Contingência para o Enfrentamento em Situação de Desastre Hidrometeorológicos no Município de Alfredo Chaves – Secretaria Municipal de Saúde, 2026.

Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Sala de Situação El Niño – preparação e resposta aos impactos do El Niño 2026–2027.

Ministério da Saúde. Plano de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública associadas ao El Niño 2026–2027.

Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 101/2026-CGGI/DPNI/SVSA/MS – orientações estratégicas e plano de contingência para salvaguarda da Rede de Frio de Imunobiológicos.

Ministério da Saúde. Vigidesastres – Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres.